

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**HELOÁ FERREIRA CRISTÓVÃO**

**ESTUDO DE VERBOS CODIFICADORES DE EXTENSÃO OU  
ESCALA NO JOGO DA LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA  
FUNCIONALISTA**

**VITÓRIA**

**2013**

HELOÁ FERREIRA CRISTÓVÃO

**ESTUDO DE VERBOS CODIFICADORES DE EXTENSÃO OU  
ESCALA NO JOGO DA LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA  
FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA

2013

HELOÁ FERREIRA CRISTÓVÃO

**ESTUDO DE VERBOS CODIFICADORES DE EXTENSÃO OU  
ESCALA NO JOGO DA LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA  
FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Aprovada em 05 de agosto de 2013.**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

**Orientadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Micheline Mattedi Tomazi (UFES)

**Membro Examinador Interno**

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)

**Membro Examinador Externo**

Dedico esta dissertação aos meus  
pais e ao meu amado marido.

## AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, meu Pai Celestial, por ter me dado forças para prosseguir nos muitos momentos de angústia. Por ter se feito presente através de palavras como estas: *“Não tenhas medo, pois estou contigo. Não olhes em volta, pois eu sou teu Deus. Vou fortificar-te. Vou realmente ajudar-te. Vou deveras segurar-te firmemente com a minha direita de justiça. Pois eu, Jeová, teu Deus, agarro a tua direita, Aquele que te diz: ‘Não tenhas medo. Eu mesmo te ajudarei’”*. (Isaías 41: 10, 13)

Ao meu marido, Maickel Ramos Dutra, pelo incentivo, apoio, compreensão, paciência e amor inigualável demonstrado em todos os momentos.

Ao meu amado pai, Rubson Pereira Cristóvão, por acreditar que os estudos são a maior herança que um filho pode receber e por ter possibilitado que os meus sonhos se tornassem realidade.

À minha querida mãe, Helena Ferreira, pelo amor maternal que me segurou nos mais duros momentos da vida e por sempre estar ao meu lado, incondicionalmente.

À minha irmã Roberta Ferreira Cristóvão, pelo incentivo aos estudos através do próprio exemplo e pelo apoio nas horas mais necessárias.

À minha irmã, Rúbia Ferreira Cristóvão, pelo amor e carinho expressados no olhar, pelo afago fraternal nos momentos mais precisos.

Aos meus cunhados, Marcus Eliud e Frederico Kato, pelas palavras de apoio e incentivo.

Aos meus amados sobrinhos, Luiza Kato e Ellan Mateus, que mesmo sem saberem, contribuíram através dos inocentes sorrisos para que esta caminhada fosse menos dura.

À família Dutra, minha sogra Marlene, meu sogro Salvador e meu cunhado Álvaro, pela amorosa compreensão.

Ao primo e Prof. Dr. Orlando Lopes, pelo apoio na sessão de Defesa. Sua presença, além de surpreendente, foi muito importante para mim.

À minha estimada orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por ter acreditado em mim, pela atenção dispensada nos mais variados momentos e pelas valiosas contribuições. Sem sua ajuda, este trabalho não seria possível.

A todos os professores do Mestrado em Linguística da UFES, por terem colaborado no meu crescimento acadêmico através de seu vasto conhecimento oferecido ao longo das aulas, em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Penha Lins, que despertou meu interesse pela Linguística no primeiro dia de aula da Graduação em Letras-Português.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. Edenize Ponzó Peres e Dr<sup>a</sup>. Micheline Mattedi Tomazi, pelas preciosas sugestões oferecidas no exame de qualificação, que contribuíram e muito para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos professores da banca de Defesa Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG) e Dr<sup>a</sup>. Micheline Mattedi Tomazi (UFES), pela disponibilidade em participar no fechamento deste importante ciclo de minha vida acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos, que possibilitou minha dedicação total à realização deste trabalho.

Aos demais familiares, colegas de estudo e irmãos na fé, que mesmo sem saberem, contribuíram para a realização deste sonho. A todos estes, meu muito obrigada.

“A essência da língua é a atividade humana [...] a atividade de um indivíduo que busca ser compreendido pelo outro, e a atividade do outro que busca entender o que está na mente do primeiro [...].”

(Jespersen, 1934, p. 17)

## RESUMO

A maioria dos gramáticos acolhe os verbos em duas sessões: uma que trata de aspectos morfológicos; em seguida, dentro de uma perspectiva sintático-semântica, que aborda os verbos quanto à predicação. Isso se configura um problema nesse modelo de análise, visto que, ao considerar os verbos como elementos discretos, em frases descontextualizadas, não se consideram as relações morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas que só podem ser observadas a partir da língua em uso, dentro do jogo combinatório da linguagem. A partir dessas considerações, a concepção de língua que adotamos se coaduna com aquela proposta pelo Funcionalismo, que defende os estudos de fenômenos linguísticos a partir da análise das estruturas em uso real, priorizando as relações que se estabelecem no contexto comunicativo. Igualmente importante, foi o estudo da estrutura argumental da oração, formada pelo verbo e seus selecionados elementos obrigatórios (argumentos). Com relação aos verbos que serão objeto da pesquisa, orientamo-nos pela classificação realizada por Azeredo (2004, p.180), baseada na proposta de estudo de Cano Aguilar (1981) para a língua espanhola, que arrolou o grupo de verbos codificadores de extensão ou escala no português, entre eles: *atravessar, percorrer, subir, abraçar, presidir, contornar, ocupar, preencher, inundar, medir 1 (ele mediu um terreno), medir 2 (o terreno mede 160 m), valer e durar (a viagem durou 80 dias)*. Em nossa pesquisa, analisaremos a transitividade de um recorte desse grupo, composto pelos verbos *subir, ocupar, medir, durar, valer* e seu uso na língua portuguesa, que, juntamente com a escolha do referencial teórico, justificam a importância deste estudo, visto que esse fenômeno é mais bem observado em condições reais de comunicação. O *corpus* é constituído de textos do âmbito jornalístico escrito e o levantamento de dados foi realizado por meio de ferramenta de pesquisa *on-line* no acervo digital da Revista *Veja*. Esperamos que o resultado desta pesquisa evidencie que um estudo que tenha como ponto de partida a língua em uso vá muito além das proposições das gramáticas.

**Palavras-chave:** Verbos codificadores de extensão ou escala; Transitividade; Uso; Valência; Funcionalismo.



## ABSTRACT

The most of grammarians welcome verbs in two sessions, namely: the first that deals with morphological aspects, then within a syntactic-semantic perspective, which deals with verbs as the predication. This creates the problem of proposal analysis, given that when considering verbs as discrete elements in non-contextualized sentences, the relationships are not considered morphological, syntactic, semantic, pragmatic and discursive that can only be observed from the language in use, in game combinatorial language. From these considerations, the design language we adopt is consistent with that proposed by functionalism, which advocates the study of linguistic phenomena from the analysis of the structures in actual use, prioritizing the relationships established in the communicative context. Equally important was the study of argument structure of sentence, formed by the verb and its selected elements required (arguments). With respect to verbs that will be the object of research, we look to the classification performed by Azeredo (2004, p.180), based on the study proposal of Cano Aguilar (1981) for the Spanish language, that enrolled a group of verbs encoders of extent or scale in Portuguese, among them: *cross, roam, rise, embrace, preside, contour, occupy, fill, flood, measure 1 (he measured a piece of land), measure 2 (the land measures 160 m), earn and last (the trip lasted 80 days)*. In our research, we analyze the transitivity of a clipping of this group, consisting of the verbs *rise, occupy, measure, last, earn* and their use in the Portuguese language, which, together with the choice of theoretical, justify the importance of this study, since this phenomenon is best observed in real communication. The *corpus* is composed of texts within the journalistic writing and data collection was conducted through a research tool *on-line* in digital collection of *Veja Magazine*. We hope that the result of this research it is clear that a study has as starting point the language used go far beyond the propositions of grammars.

**Keywords:** Verbs encoders of extent or scale; Transitivity; Use; Valency; Functionalism.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 ABORDAGENS SOBRE VERBO</b> .....	<b>17</b>
1.1 A PROPOSTA DE CHAFE (1979).....	17
1.2 A PROPOSTA DE CANO AGUILAR (1981).....	19
1.3 A PROPOSTA DE NEVES (2000).....	23
1.4 A PROPOSTA DE IGNÁCIO (2003).....	27
1.5 A PROPOSTA DE ABREU (2003).....	32
1.6 A PROPOSTA DE MIRA MATEUS <i>et al.</i> (2003).....	35
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>41</b>
2.1 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS.....	41
2.1.1 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS E A TRANSITIVIDADE.....	46
2.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	48
2.2.1 O FUNCIONALISMO E A TRANSITIVIDADE.....	51
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>54</b>
<b>4 ANÁLISE DO CORPUS</b> .....	<b>59</b>
4.1 VERBO <i>SUBIR</i> .....	59
4.2 VERBO <i>OCUPAR</i> .....	65
4.3 VERBO <i>MEDIR</i> .....	71

4.4 VERBO <i>DURAR</i> .....	77
4.5 VERBO <i>VALER</i> .....	80
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, os gramáticos têm acolhido os verbos em dois momentos: primeiro, quando tratam de aspectos morfológicos e segundo, dentro de uma perspectiva sintático-semântica, quando abordam os verbos quanto à predicação. Isso tem se configurado um problema nesse modelo de análise, visto que ao tratarem dos verbos como elementos discretos, em frases descontextualizadas, eles deixam de considerar relações morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas que só podem ser observadas a partir da língua em uso, dentro do jogo combinatório da linguagem.

Chafe (1979) subcategoriza o universo conceptual humano em duas grandes áreas: a do verbo e a do nome. A área do verbo é central e compreende estados (condições, qualidades) e eventos. Nessa perspectiva, o autor defende a centralidade do verbo, assim como também a defendeu Tesnière (1959). Reconhecendo que os verbos merecem um lugar de destaque pelo papel que desempenham nas línguas, negligenciado por vários gramáticos, Ilari e Basso (2008, p. 164) asseguram que o papel que o verbo desempenha na sentença, no discurso e na comunicação é bem mais complexo do que sugerem as explicações tradicionais. Para tanto, Ilari e Basso (2008, p. 164) apresentam algumas das principais funções que o verbo em si pode desempenhar, estando entre elas o fato de que “pela significação que comporta como unidade lexical, todo verbo proporciona o que se pode chamar de ‘molde’ ou ‘matriz’ para a construção de sentenças”. Ao evocar-se a ideia de matriz, os autores ressaltam que, ao preencher determinados espaços que são previsíveis a partir do verbo, é possível chegar a sentenças completas, que caracterizam “estados de coisas” possivelmente reais.

A preocupação em se aprofundar o conhecimento acerca do sistema da língua levou alguns linguistas a uma busca de um modelo teórico que se mostrasse mais adequado nessa tarefa de descrição e ensino da gramática de uma língua natural. Era necessária uma abordagem que levasse em conta as funções a que a linguagem serve como instrumento de interação verbal. Desse modo, o Funcionalismo mostrou-se um modelo adequado ao estudo da linguagem em

funcionamento, visto que, ao atentar-se para as condições dinâmicas de produção linguística, percebeu-se que a forma assumida por uma palavra ou expressão, nada mais é que um reflexo de sua função num contexto de uso específico.

A partir dessas considerações, a concepção de língua que adotamos neste trabalho se coaduna com a proposta Funcionalista, que defende os estudos de fenômenos linguísticos a partir do uso real, priorizando as relações estabelecidas no contexto comunicativo e analisando a língua como uma atividade sociocultural. Nessa perspectiva, a língua é vista como uma estrutura maleável, uma vez que se adapta às necessidades de interação que tem os falantes. Du Bois (1993 apud DECAT, 1999) considera que “o discurso molda a gramática”, estando esta sujeita às pressões do uso, ou seja, às escolhas realizadas pelo usuário na sua produção linguística. Assim, tendo em vista o uso espontâneo da língua como atividade no tempo real, suas regularidades são provisórias e sujeitas à renovação, negociação e mudança, visto que não há regras absolutas, mas sim, regras para o uso social da linguagem.

Givón (2001) destaca que “ao se estudar a função comunicativa da gramática, o método da oração em isolamento se torna não confiável”, devendo este ser suplementado pelo estudo da gramática em seu contexto comunicativo natural. Diante disso, o modelo teórico norteador deste estudo concebe a transitividade como uma propriedade que se manifesta no discurso, isto é, em sua realização discursiva concreta, cuja análise se dá dentro de um *continuum*. Nesse pressuposto, cada elemento de uma cláusula exercerá um importante papel quanto à significação do todo.

Embora complexo, o problema da transitividade está longe de ter todos os seus aspectos analisados satisfatoriamente dentro da proposta tradicional. Isso ocorre, pois os manuais de gramática têm dificultado o ensino/aprendizagem devido às divergências terminológicas apresentadas tanto por gramáticos, quanto por autores de livros didáticos, que não deixam muito clara a concepção de transitividade com a qual operam. Por este motivo, o problema ainda apresenta um espaço propício para grandes reflexões e um campo favorável às necessárias discussões que se impõem.

Cabe ressaltar que a questão da transitividade é um dos fenômenos linguísticos investigado dentro da perspectiva funcionalista pelo Núcleo de Pesquisas em Linguagens, criado na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2006, e coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Helena Peyroton da Rocha. Esse fenômeno vem sendo analisado a partir de diversos grupos de verbos, entre eles, os que codificam extensão ou escala, objeto de estudo dessa dissertação, inserida na linha de pesquisa “Estudos analítico-descritivos da linguagem”.

Com relação aos verbos que são objeto deste trabalho, orientamo-nos pela classificação realizada por Azeredo (2004, p.180), baseada na proposta de estudo de Cano Aguilar (1981) para a língua espanhola, que arrolou um grupo de verbos codificadores de extensão ou escala no português, entre eles: *atravessar, percorrer, subir, abraçar, presidir, contornar, ocupar, preencher, inundar, medir 1 (ele mediu um terreno), medir 2 (o terreno mede 160 m), valer e durar (a viagem durou 80 dias)*. Embora Azeredo (2004) proponha uma lista de verbos que podem codificar extensão ou escala na língua portuguesa, ele não apresenta o funcionamento desses verbos, daí executarmos um estudo com um recorte de análise desse grupo, composto pelos verbos *subir, ocupar, medir, durar, valer* e seu uso na língua portuguesa, que, juntamente com a escolha do referencial teórico, justificam a importância desse trabalho, visto que as relações semânticas que se estabelecem entre o objeto e o sujeito do verbo transitivo são variadas e heterogêneas.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o comportamento dos verbos codificadores de extensão ou escala no que tange à sua transitividade, examinando as características de preenchimento do espaço de seus complementos verbais. Para dar conta dessa análise, recorreremos tanto à orientação que Borba (1996) dá em sua Gramática de Valências, somada à contribuição de Ignácio (2003), quanto a que os funcionalistas preconizam em seus estudos, que concebem a língua como um sistema que se constrói a partir das pressões do uso que o falante faz na interação comunicativa. Objetivamos também montar o *corpus* da pesquisa com os verbos codificadores de extensão ou escala inseridos em contextos de usos, englobando aspectos de textos produzidos em diversas ambiências linguísticas do texto jornalístico; definir os traços morfossintáticos, semânticos e pragmáticos a serem

observados nesses verbos e analisar os verbos codificadores de extensão ou escala do ponto de vista valencial.

Este trabalho justifica-se na medida em que, ao analisar o verbo em funcionamento na sentença e na interação discursiva é possível evidenciar, dentre outras coisas, as variadas relações semânticas instituídas entre os complementos e o sujeito. O Funcionalismo, nesse sentido, ampara este estudo, pois considera a língua como um fenômeno dinâmico e interessa-se pela investigação dos dados além da estrutura gramatical. Outra motivação para essa pesquisa envolve a escolha do *corpus* – sobretudo por tratar de verbos inseridos em textos que circulam no âmbito jornalístico escrito, como notícias, entrevistas, resenhas, entre outros – que representa a utilização real da língua portuguesa.

O levantamento dos dados foi realizado por meio de ferramenta de pesquisa *on-line*, em que os dados foram extraídos do acervo digital da Revista *Veja*, um importante e abrangente veículo de circulação social no país. A coleta do *corpus* englobou cinquenta e seis edições, ao longo de treze meses de circulação do periódico, de março de 2011 a março de 2012, totalizando assim, 82 ocorrências dos verbos pesquisados em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala. Essa escolha teórico-metodológica vem contribuir para uma nova perspectiva de abordagem da língua portuguesa, visto que esta pode vir a colaborar para a uniformização do tratamento da transitividade, que se encontra de forma extremamente caótica em gramáticas e livros didáticos (material de base, apoio e reflexão) utilizados como fonte de referência por professores dos diversos níveis de ensino.

Partimos da hipótese de que a transitividade dos verbos codificadores de extensão ou escala, bem como de outros verbos, só poderia ser observada em condições reais de uso, e para investigar essa hipótese, este trabalho filiou-se às Teorias Funcionalista e de Valência. Acreditamos que, nesse contexto, poderiam ser encontradas as marcas linguísticas inerentes aos verbos estudados, a partir da análise de cláusulas, visto que dentro dessa visão está a defesa de que a estrutura reflete a função que ela desempenha no discurso. Desse modo, esperamos que o resultado deste trabalho evidencie que um estudo com o ponto de partida na língua

em uso ultrapassa os limites dos manuais de gramática que, de modo geral, têm considerado a transitividade apenas como uma propriedade verbal.

Assim, segundo a organização desta dissertação, o primeiro capítulo apresenta o registro das abordagens vigentes sobre verbo numa perspectiva sintático-semântica, incluindo a importante proposta de estudo das estruturas transitivas defendida por Cano Aguilar (1981) para o espanhol, que motivou a presente investigação no português. O segundo capítulo do trabalho exhibe uma síntese da teoria defendida por Borba (1996) em sua Gramática de Valências e sua aplicabilidade no que tange à transitividade dos verbos pesquisados, juntamente com o fundamento teórico de linha funcionalista, que também serviu de base para a análise dos dados. O terceiro capítulo, por sua vez, proporciona o conhecimento dos procedimentos metodológicos utilizados na execução da pesquisa. O quarto capítulo oferece a análise do *corpus* com os verbos codificadores de extensão ou escala, aqui representados por *subir*, *ocupar*, *medir*, *durar* e *valer*; e o último capítulo apresenta as conclusões e considerações finais do trabalho, seguido de todas as obras de referência consultadas ao longo da pesquisa.



## 1 ABORDAGENS SOBRE VERBO

Este capítulo apresenta uma revisão de algumas abordagens vigentes acerca do verbo numa perspectiva sintático-semântica. Com a intenção de desenvolver um arcabouço teórico para a identificação dos elementos que integram a significação do verbo foram utilizadas diferentes propostas de casos semânticos derivadas de Fillmore (1968), tendo em vista a grande divergência entre as definições desses casos na literatura.

Embora os autores que serão considerados nesta explanação trabalhem com vieses teóricos diferentes, apreender definições de linguistas como Chafe (1979), Cano Aguilar (1981), Neves (2000), Ignácio (2003), Abreu (2003) e Mira Mateus *et al.* (2003), contribui bastante para uma melhor fundamentação do trabalho e entendimento do fenômeno em estudo, além de auxiliar no processo de compreensão da divergência de tratamento que a transitividade recebe, visto que o papel que o verbo exerce na realização discursiva é bem mais complexo do que as explicações tradicionais sugerem.

### 1.1 A PROPOSTA DE CHAFE (1979)

Chafe (1979) defende que as orações, em geral, são construídas em torno de um elemento predicativo que pode, na maioria das vezes, ser acompanhado de um ou mais elementos nominais. O autor chama de *verbos* os elementos predicativos e de *nomes* os elementos nominais, dicotomizando duas grandes áreas, ao dizer que a área do verbo engloba estados (condições, qualidades) e eventos, sendo central, e a área do nome engloba coisas (tanto objetos físicos, como abstrações coisificadas), sendo periférica.

A natureza do verbo em geral especifica como será o restante da oração, determinando quais nomes o acompanharão, qual será a relação sintática desses nomes com o verbo e como esses nomes serão semanticamente especificados. Por exemplo, um verbo especificado como *ação* exige que um nome o acompanhe,

relacionando-se com ele como agente, animado e talvez humano. Isto é, assume-se a posição de que é o verbo que dita a presença e a natureza do nome, demonstrando, assim, que a influência semântica do verbo é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados que o acompanham.

Segundo o autor, o verbo é o único ponto de partida de que se precisa, tendo em vista seu caráter central, sendo o nome ou nomes que o acompanham elementos periféricos. O que convenientemente tem-se chamado de oração caracteriza-se por ser ou um verbo isolado, ou um verbo acompanhado por um ou mais nomes, ou uma configuração do tipo daquelas que têm a si acrescentados um ou mais verbos coordenados ou subordinados.

A configuração de um verbo como de *estado* se dá por observar certas diferenças entre as estruturas semânticas, visto que o nome que o acompanha pode estar em determinado estado ou condição, que é especificada por um nome que funciona como seu paciente. O verbo geralmente é caracterizado como *processo* quando se diz que o nome mudou de estado ou condição, sendo o nome paciente do verbo. Os verbos de *ação*, por sua vez, expressam uma atividade ou ação, ou seja, alguma coisa que alguém faz, sendo seu nome considerado como agente do verbo. Assim, *estados* e *processos* são acompanhados por pacientes, mas *ações* por agentes.

Enfim, embora o verbo, em geral, possa ser acompanhado por um ou dois nomes (seus argumentos), há orações em que apenas um verbo está presente, não sendo necessária a presença de nenhum nome. O verbo nessas orações é especificado como *ambiente*, que se caracteriza por implicar um evento todo-abrangente que não faz referência a nenhuma coisa particular dentro do ambiente, mostrando, assim, que o verbo é o ponto de partida da descrição da gramática de uma língua.

A importância de iniciarmos nossa incursão teórica pela proposta de categorização verbal de Chafe (1979) se justifica, pois esta promove o entrecruzamento da sintaxe e da semântica em diversos pontos, propiciando a elaboração de uma tipologia que possibilita análises bastante apuradas e auxilia nossa reflexão do fenômeno em estudo. A seguir, consideraremos a proposta de Cano Aguilar (1981) no que tange à análise das estruturas transitivas na língua espanhola e sua contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

## 1.2 A PROPOSTA DE CANO AGUILAR (1981)

Cano Aguilar (1981) analisou as estruturas sintáticas transitivas do espanhol em diferentes teorias linguísticas. Com isso, exibiu um estudo semântico e sintático de mais de quatrocentos e cinquenta verbos transitivos divididos em onze grandes grupos, segundo as características comuns mais relevantes de sua significação. Em suma, o autor fez uma análise empírica das estruturas oracionais transitivas na língua espanhola e isso despertou nosso interesse em realizar uma investigação similar no português, a partir de uma lista de verbos que codificam extensão ou escala proposta por Azeredo (2004, p.180).

O interesse de investigação do autor espanhol centrou-se no aspecto significativo da transitividade, como o valor semântico da relação sintática verbo-objeto, que pode ser muito variada, e as restrições de coaparição de certos substantivos com certos verbos em função da presença ou ausência de certos traços semânticos, entre outros. A opinião do linguista é de que a transitividade não se define apenas por certas características formais, mas que a base implica uma relação semântica, considerando transitivas certas estruturas que não são assim “classificadas” segundo critérios formais.

Desse modo, Cano Aguilar (1981, p. 31) recorre à *prova de transformação temática*, defendida por Blinkenberg (apud CANO AGUILAR, 1981), para diferenciar o objeto direto de certos complementos. Trata-se, na verdade, do critério de pronominalização, em que o objeto vai para o início da oração para destacá-lo, para convertê-lo em *tema* ou *assunto*. Portanto, os critérios gerais para o estabelecimento da transitividade (embora nenhum seja absolutamente decisivo) seriam:

- (i) Possibilidade de pronominalização nos casos de anteposição do objeto, ou quando este já apareceu no contexto (critério formal e bastante seguro). Em português, é comum também recorrer a esse critério para diferenciar, por exemplo, o objeto direto do indireto (comprei um carro > comprei-o / Dei uma bicicleta ao meu neto > Dei-lhe uma bicicleta).

- (ii) Pergunta pelo objeto com que ou a quem? (comprei o quê? / Dei uma bicicleta a quem?)
- (iii) Transformação passiva – em que ao passar a oração para a voz passiva, o objeto direto passa a sujeito.

Esses critérios nem sempre são eficazes, nem necessariamente infalíveis para decisões em casos duvidosos, visto que muitos tipos de objetos não admitem a pronominalização. Exemplos: (1) Tenho uma terrível dor de estômago [OD] > \*Tenho-a.; (2) Gosto de você [OI] > \*Gosto-lhe.

Alguns verbos considerados transitivos indiretos admitem a voz passiva, cujo objeto indireto passa a sujeito, à semelhança do objeto direto, tais como “assistir” e “obedecer”. Exemplos: (1) O jogo de futebol *foi assistido* por cerca de 100 mil pessoas; (2) A atual legislação *não é obedecida* por nenhum dos concorrentes, que organizam suas campanhas num ambiente de cumplicidade mútua e impunidade geral. (Revista *Veja*).

Cano Aguilar (1981, p. 320) chama a atenção para o fato de que certos complementos sem preposição junto a verbos normalmente intransitivos podem interpretar-se como circunstanciais (de lugar, medida, duração, etc.) ou como objetos diretos: *andar os caminhos, dormir duas horas, pesar dois quilos*. Nestas frases, há também grande semelhança com os ‘objetos internos’, pois verbo e complemento frequentemente estão muito relacionados, não só no plano semântico, mas também sob a forma léxica. E alguns desses verbos podem levar ‘objetos internos’ inequívocos, como aponta o autor no exemplo: *Correr la carrera de Le Mans (Correr a corrida de Le Mans)*.

Segundo o linguista, a maioria dos gramáticos considera difícil estabelecer uma delimitação bem fundada, embora a maioria acredite que nos encontramos diante de complementos de objeto, e, portanto, diante de estruturas transitivas. Para Blinkenberg (apud CANO AGUILAR, 1981), os critérios que justificam tal análise são dois; em primeiro lugar, estas frases podem converter-se em passivas: *duas horas mal dormidas, os caminhos andados*, etc.; por outro lado, os sintagmas nominais podem referir-se a uma forma pronominal em acusativo, se o complemento se

antepõe ao verbo (como nos casos de objeto direto): *essas duas horas as dormi mal, os caminhos os andei a pé, os cem quilos não os pesa, etc.* Esses são os critérios gerais pelos quais se pode reconhecer um sintagma nominal como objeto direto de um verbo transitivo.

Um aspecto muito importante ressaltado por Cano Aguilar (1981) e de grande interesse para este estudo é que os sintagmas que funcionam como objetos destes verbos normalmente intransitivos apresentam um valor semântico de ‘extensão’, no espaço ou no tempo, ou de ‘medida’. O autor já havia apresentado alguns verbos transitivos cujo objeto direto possuía um valor ‘locativo’ claro: *abandonar, cruzar, recorrer, etc.* Portanto, a transitividade parece mais clara com verbos de movimento, cujo complemento indica a ‘extensão’ do movimento, como ‘medida’: *andar duas milhas*, ou como lugar por onde se realiza: *andar os caminhos*.

O caráter ‘locativo’ do complemento desses verbos pode ser observado de modo mais claro com a introdução de preposições como *por, ao largo de, durante* (com valor de ‘extensão’ espacial), etc. Nestes casos, para Cano Aguilar (1981), há uma estrutura intransitiva com um complemento circunstancial. E embora ambos os tipos de frases possam referir-se à mesma realidade, não apresentam o mesmo significado linguístico nem a mesma perspectiva funcional. Além disso, se levarmos em conta que a transitividade - do latim *transitivus* = que vai além, que se transmite - em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de uma agente para um paciente, faz sentido o que Cano Aguilar (1981) defende. Portanto, segundo o autor, não podemos concordar com a gramática gerativa (sobretudo a Gramática de Casos), que acredita encontrar em ambos os tipos um Locativo na estrutura subjacente, manifestado logo superficialmente como objeto direto ou como sintagma preposicional, mas sem que esta diferença formal envolva nenhuma mudança de conteúdo significativo.

Outros estudiosos, como Pottier, citado por Cano Aguilar (1981), consideram estas frases como sendo de ‘objeto interno’. Já foi assinalada a estreita relação semântica entre verbo e complemento nestes casos, mas também parece indubitável o caráter ‘locativo’, como: *Descia as arenosas ruas de Toledo (País, 54)*.

Em seu estudo das estruturas sintáticas do espanhol, Cano Aguilar (1981) observou que os complementos de ‘extensão’ temporal ou ‘duração’ podem converter-se em objetos diretos e podem coexistir também com circunstanciais introduzidos por preposição. Por exemplo: *Dom Máximo passa quase toda noite com a luz acesa (San Camilo, 115). A conferência durou duas horas.* Também podem converter-se em objetos diretos, os complementos de ‘medida’ de verbos como *pesar* ou *medir*, exemplo: *Esta tela mede dois metros. Pesa oitenta quilos.*

Estes verbos apresentam um sentido ‘estativo’, pois descrevem um estado ou característica do sujeito, e não qualquer ação. Contudo, Cano Aguilar (1981) advoga no sentido de que estes complementos não de considerar-se como objetos diretos, pois admitem a pronominalização: *o peso próprio, o tecido não medido.* Para ele, inclusive, eles admitem certas formas passivas: *os dez quilos pesados pelo pacote, os dois metros medidos pelo tecido.* Logo, há que se ter em conta que *pesar* e *medir* podem ser verbos transitivos com um sentido claramente ‘ativo’: *Juan pesou o pacote em uma balança, vou medir este tecido.* Isso ocorre, pois, quando esses verbos selecionam um sujeito *agente*, nessa ambiência linguística, há uma estrutura prototipicamente transitiva, visto que denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente.

Na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB - 1958), o objeto direto é descrito como um complemento verbal, assim como o objeto indireto. Nesse aspecto, o objeto direto caracteriza-se como o termo da oração que completa o sentido de um verbo transitivo direto, ligando-se ao verbo, em geral, sem o auxílio de preposição. Seu papel indica o alvo, paciente ou elemento sobre o qual recai a ação. A identificação do objeto direto se dá, quando perguntamos ao verbo “*o quê?*” (sendo a resposta da pergunta o próprio objeto direto) ou quando utilizamos os critérios da pronominalização e apassivação propostos pela prática pedagógica atual.

O complemento de natureza adverbial, também chamado de *complemento circunstancial* por Rocha Lima (2002), é um complemento tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais. A utilização dessa nomenclatura para uma função sintática fora das descrições da NGB (1958) se justifica, pois esta apresenta um caráter argumental,

portanto, não acessório dessa nova função, em contraposição ao caráter não argumental e acessório do adjunto adverbial.

Desse modo, este trabalho consiste em estudar a transitividade dos verbos codificadores de extensão ou escala através da análise de seus complementos e verificação das características de preenchimento desse espaço, pertencente à área semântica das medidas e grandezas. Nesse sentido, a proposta de Cano Aguilar (1981) nos auxilia, pois ele exibiu um estudo semântico e sintático dos verbos, observando a transitividade a partir do valor semântico da relação sintática verbo-objeto, e as restrições de coaparição de certos substantivos com certos verbos, em função da presença ou ausência de determinados traços semânticos. Segundo o autor, a transitividade não se define apenas por características formais, mas a base implica uma relação semântica. Assim, passamos a seguir, a considerar as proposições de Neves (2000) no que tange à natureza das predicções, que foram de grande valia para este trabalho.

### **1.3 A PROPOSTA DE NEVES (2000)**

Neves (2000) apresenta os verbos a partir de sua natureza. Nessa perspectiva, a linguista assegura que os verbos, de modo geral, constituem os predicados das orações. Os predicados, por sua vez, designam as propriedades ou relações que estão na base das predicções que se formam quando eles se constroem com os seus argumentos, os participantes da relação predicativa, e com os demais elementos do enunciado.

A predicção constitui, assim, o resultado da aplicação de um determinado número de termos que designam entidades, a um predicado que designa propriedades ou relações. A construção de uma oração requer, portanto, um predicado, representado essencialmente pela categoria verbo ou pela categoria adjetivo, construída com um verbo de ligação. Desse modo, o predicado manifesta propriedades sintáticas e semânticas, como a forma lexical, a categoria, o número e a função semântica dos termos, além das restrições de seleção a estes impostas.

Assim, serão consideradas, a partir deste ponto, as subclassificações dos verbos que constituem predicados, começando pela subclassificação semântica. Esta primeira classificação das predicções baseia-se nas unidades semânticas presentes no verbo. Desse ponto de vista, há três classes principais de predicados verbais, dois dinâmicos e um não dinâmico.

A classe dos dinâmicos abarca as *ações* ou atividades que são o que alguém faz ou o que algo provoca. Os verbos que exprimem ação ou atividade são verbos acompanhados por um participante agente ou causativo, podendo haver outro participante, afetado ou não, isto é, pode haver um processo envolvido. Os *processos*, por sua vez, envolvem um acontecer, manifestando-se através de uma relação entre um nome e um estado, e o nome é paciente do verbo afetado. Os verbos não dinâmicos são acompanhados por um sintagma nominal (sujeito) que é suporte do *estado*.

Neves (2000) ressalta ainda que, além dessas três classes principais, há verbos que ocorrem em orações que não têm a presença de sintagma nominal. Essas orações aludem apenas um predicado, não havendo nenhum agente ou paciente. Fica implicado um processo ou um estado em um ambiente, sem que haja referência a nada particular dentro desse ambiente, exemplo: *Está frio*.

A classificação das predicções pode integrar outros componentes além do *dinamismo*, como, por exemplo, o *aspecto* e o componente pragmático *controle* (de uma ação). Neste ponto, serão consideradas as classificações que se referem à predicção, isto é, à codificação linguística dos estados de coisas, e não simplesmente aos predicados. O *dinamismo* e o *controle* são os mais importantes parâmetros para uma tipologia semântica dos estados de coisas. Para as predicções dinâmicas, é importante o parâmetro perfectividade ou acabamento, conhecido também como telicidade. Uma ação perfectiva ou télica é mais eficazmente transmitida para um participante do que uma ação que não tenha término. Na oração télica *Eu comi a pizza*, a atividade de comer é apresentada como completa e a transferência é totalmente realizada; mas na oração atélica *Eu estou comendo a pizza*, a transferência é realizada apenas de modo parcial.



Em outras palavras, as predicções são classificadas como *dinâmicas*, quando têm o controle, podendo ser télicas, ou seja, acabadas, ou não télicas, não acabadas. As orações dinâmicas sem controle são os *processos*, que se caracterizam por ser télicos, isto é, acabados, ou não télicos, não acabados. As orações *não dinâmicas* podem ser com controle, como por exemplo, *Maria está de pé na porta*, em que o sujeito assume a posição de *estar de pé*; ou sem controle, como na frase: *Os cabelos lhe caíam sobre o rosto*, em que o fato ocorre independentemente da vontade do sujeito.

Cabe acrescentar aqui a classificação de predicados verbais que pode fundar-se na transitividade, com especificação do papel dos complementos verbais. Neste caso, caracteriza-se a valência verbal, ou seja, a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos, como o sujeito e o complemento, compondo-se a estrutura argumental. São considerados transitivos prototípicos aqueles verbos cujo complemento ou objeto é paciente de mudança, isto é, recebe a ação verbal ou sofre os resultados de um processo, sendo afetado. Exemplo: *O gelo derreteu com o calor*.

Neves (2000) destaca determinadas classes de verbos segundo a transitividade; a primeira a ser considerada neste espaço constitui-se de verbos cujo objeto sofre mudança no seu estado, ou seja, são verbos que possuem um objeto paciente da mudança (afetado), e, de outro lado, um sujeito agente ou causativo. O objeto que ocorre é um objeto não preposicionado, isto é, um objeto direto. De acordo com o tipo de mudança registrada no objeto paciente, é possível uma subclassificação desses verbos em: a) criação do objeto (o objeto passa a existir) – Ex.: *Vovó fez um bolo*; b) destruição do objeto (o objeto deixa de existir) – Ex.: *A empresa demoliu o prédio*; c) alteração física do objeto – Ex.: *Tiago quebrou os pratos*; d) mudança na localização do objeto – Ex.: *Lúcia mudou o quadro do quarto para a sala*; e) mudança provocada por um instrumento que está implicado no próprio verbo – Ex.: *Os operários martelam as travas nas caixas*; f) mudança superficial no objeto – Ex.: *Limpei as janelas*; g) mudança interna no objeto (no próprio verbo pode estar implicada a maneira como a mudança é operada) – Ex.: *Antônia temperou a carne para o jantar*.

Outra classe de verbos, segundo a transitividade, inclui os verbos cujo objeto não sofre mudança física, isto é, não é um paciente afetado. Esta classe possibilita uma subclassificação nos grupos com complemento não preposicionado (objeto direto), por exemplo, *O deputado preconiza a modernização da câmara*, e no grupo com complementos preposicionados, onde os principais tipos de complementos que ocorrem são: a) de lugar (o sujeito localiza-se [lugar *onde*] ou movimenta-se [lugar de *onde* ou para *onde*], tendo como referência espacial o complemento) – Ex.: *Você vem de São Paulo?*; b) de direção (o objeto indica meta [alvo] ou fonte [proveniência]) – Ex.: *O menino olhou para o alto*. O objeto pode indicar, ainda, meta ou fonte de uma atividade mental do sujeito (relação) – Ex.: *Pensou no filho estudante*; c) associativo (o verbo indica uma ação recíproca, e o objeto tanto pode ser meta como associado) – Ex.: *Sônia conversou com Tião*. A reciprocidade implica simetria, razão pela qual é possível que os dois participantes (sujeito e objeto) se coordenem, como no exemplo: *Judas e Pedro lutaram na batalha*.

A última classe de verbos segundo a transitividade a ser considerada aqui inclui os verbos que possuem um complemento não preposicionado (objeto direto) e um complemento preposicionado. Para Neves (2000, p. 30), “o sujeito mais comum é um agente, e o objeto direto mais facilmente encontrado é um paciente da mudança”. O complemento preposicionado pode ser de vários tipos: a) de lugar (a mudança do objeto direto é espacial, relacionada com o complemento – lugar *onde* ou *para onde*) – Ex.: *A vizinha colocou a roupa no varal*; b) beneficiário (o sujeito mais comum é um agente e o objeto indireto mais ocorrente é um dativo humano representando aquele que se beneficia da transação) – Ex.: *Simão deu ao filho uma mochila com dois cadernos*. Vale acrescentar que há predicções com esta classe de verbos que são semanticamente mais complexas, estando implicado um outro predicado dentro do complemento, como no exemplo, *O líder comunitário prometeu todo apoio aos moradores*, isto é, *O líder prometeu dar todo apoio aos moradores*; c) instrumental (o sujeito é agente, e o instrumental vem como complemento preposicionado) – Ex.: *A criança encheu a bexiga de água*.

A proposta de estudo de Neves (2000) foi de grande relevância para este trabalho, pois nos permitiu observar os verbos a partir de sua natureza, tendo por alicerce uma classificação semântica baseada na dinamicidade verbal, o que contribuiu

sobremaneira para o entendimento do fenômeno em análise. A seguir, consideraremos as importantes contribuições de Ignácio (2003) para essa pesquisa, em especial porque a classificação dos verbos que o autor realiza, constitui o ponto de partida das análises empreendidas no *corpus*.

#### 1.4 A PROPOSTA DE IGNÁCIO (2003)

Dentro da perspectiva teórica defendida por Ignácio (2003), que inclui um ponto de vista lógico-semântico, os verbos podem representar uma visão dinâmica ou estática da realidade. A visão dinâmica pode indicar *ação*, *processo* e *ação-processo*, enquanto a visão estática indica *estado*.

Os estudos gramaticais de cunho tradicional adotam classificações sem discutir o assunto. Quando mencionam os verbos de *estado* subentendem os copulativos, também chamados de verbos de ligação, que se constroem com predicativo do sujeito e que têm como verbos prototípicos “ser” e “estar”. Quando citam os verbos que indicam fenômenos, subentendem os que representam os fenômenos da natureza como, por exemplo, “trovejar”. Os demais tipos verbais são enquadrados na categoria de verbos de *ação*, praticada pelo sujeito. Esse modo classificatório, de acordo com Ignácio (2003), apresenta um caráter inadequado, visto que verbos como “apanhar”, “receber” e “emagrecer”, nem sempre implicam uma ação praticada pelo sujeito, como no exemplo: *Margarida apanhou da mãe*, em que o sujeito não é o autor da ação. Assim, julga-se mais adequada a classificação com base na teoria da predicação ou teoria argumental, centrada na Gramática de valências e na Gramática de casos, considerando sempre como ponto de referência as relações com o sujeito, visto que o valor semântico se liga a uma relação que se estabelece na estrutura frasal.

Na perspectiva de Ignácio (2003), o verbo de *ação* indica um “fazer” por parte do sujeito; significa que alguém “faz” alguma coisa. Desse modo, o sujeito fica caracterizado como *agentivo*, “uma função semântica própria de um ser animado que, sendo dotado de voluntariedade, tem controle sobre o ato” (IGNÁCIO, 2003, p.

116), podendo esses traços ser estendidos a seres não humanos, como, por exemplo: “*Os golfinhos nadavam em círculos*”. Cabe frisar que os verbos de ação podem admitir complementos não afetados, ou seja, que não sofrem alterações físicas ou psicológicas.

Os verbos caracterizados como de *processo* indicam que alguma coisa “acontece” com alguém (seres ou objetos), ou seja, esses verbos indicam um “acontecer”. Em geral, o sujeito selecionado por um verbo de *processo* é afetado física ou psicologicamente. Desse modo, ele é caracterizado por ser um sujeito *paciente* ou *experimentador*, exemplo: “*A roseira cresceu este ano*”. Vale dizer que o verbo de *processo* também pode construir-se seguido de um elemento que revele sua causa, exemplo: “*Beatriz entristeceu-se com a notícia*”.

Os chamados verbos de *ação-processo* indicam ao mesmo tempo uma ação e um processo, ou seja, um “fazer” por parte do sujeito e um “acontecer” em relação ao objeto, o que pode ser exemplificado na frase “*Luciano abriu a porta*”, em que o sujeito *Luciano* executa a ação de *abrir*, e o objeto *porta* sofre o processo de ser aberta. Nesse exemplo, *Luciano* é o agente da ação e *porta* o paciente, mas cabe notar que um mesmo verbo pode indicar *ação-processo* ou simplesmente *processo*, dependendo da forma de construção da oração, com um sujeito *agente* ou *paciente*, por exemplo, na frase “*A porta abriu*”, o verbo *abrir* se comporta como *processo*, e o sujeito *porta* como *paciente*. Esses verbos, em geral, pressupõem o afetamento do complemento, quer seja física, sugerido, por exemplo, pelo verbo “ferir” ou psicológica sugerido pelo verbo “magoar”. O complemento também pode ser afetado fisicamente quando sofre um deslocamento no espaço, como ocorre com o verbo “levar”, exemplificado na frase “*Tarsila levou a caixa da sala para o quarto*”, ou seja, o complemento representado pelo objeto *caixa* é deslocado/levado de um lugar para outro.

O último grupo de verbos listados na proposta de Ignácio (2003), os verbos de *estado* indicam um SER/ESTAR/EXISTIR em relação ao sujeito, estabelecendo assim uma relação entre uma entidade e um estado em que ela se encontre, por exemplo: “*Marina está alegre*”. Esses verbos indicam também uma qualidade que lhe é atribuída, ou um sentimento de que é dotada, mas vale ressaltar que uma mesma forma verbal pode vir a funcionar como verbo estativo ou dinâmico,

dependendo da relação que ele poderá estabelecer com o sujeito, ou seja, isso dependerá da dinamicidade da ação por parte do sujeito.

No que tange à tipologia oracional, Ignácio (2003) pontua que as orações do português são classificadas de acordo com a classe semântica a que pertença o verbo. Assim, elas se dividem em dois grupos, segundo a realidade do ponto de vista dinâmico (orações *dinâmicas*) ou do ponto de vista estático (orações *estativas*). “Trata-se de uma classificação lógico-semântica que, combinada com critérios sintáticos, permite uma tipologia mais racional, e mais produtiva para o ensino” (IGNÁCIO, 2003, p. 123).

As orações *dinâmicas* subdividem-se em três grupos. As orações *dinâmicas ativas* constituem o primeiro grupo e organizam-se a partir de um verbo de *ação* que seleciona um sujeito *agente*. As orações *ativas* podem apresentar um complemento especificador da ação verbal, que explicita um significado que já se pressupõe pela raiz verbal, ou um objetivo. Exemplos: *Joana canta pagode* (Especificador); *Creuza só pensa no pagode* (Objetivo). Note-se que, no primeiro exemplo, o termo *pagode* se diz Especificador porque constitui um tipo de música que, por sua vez, é inerente a *cantar*. No segundo exemplo, porém, o verbo *pensar* não pressupõe necessariamente um tipo de música.

O segundo grupo é constituído pelas orações *dinâmicas processivas*, que se organizam a partir de um verbo de *processo*, que pode selecionar um sujeito *paciente*, *experimentador* ou *objetivo*, e complemento *causativo* ou *instrumental*. Exemplo: *A inflação cresce assustadoramente* (sujeito objetivo).

O terceiro grupo é formado pelas orações *dinâmicas ativo-processivas*, que se organizam a partir de um verbo que indica ao mesmo tempo um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto, isto é, um verbo de *ação-processo*. Neste caso, o objeto, sendo *paciente*, caracteriza-se por ser afetado, física ou psicologicamente, pela ação verbal. Esse tipo de frase se constrói com sujeito *agente*, *causativo* ou *instrumental*, e com complemento *objetivo* ou *experimentador* (sempre afetado). Exemplo: *Palavras rudes magoaram a professora* (sujeito instrumental; complemento experimentador).

As orações *estativas* subdividem-se em quatro grupos. O primeiro grupo é constituído pelas orações *atributivas*, onde o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa (indicativo de preço, peso, medida, etc.). Normalmente, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, mas é possível que seja um *experimentador*, com os verbos que indicam sentimento, ou estado de alma; o complemento pode ser um *atributivo* ou *objetivo*. Exemplos: *Jerônimo mede 2 metros de altura* (sujeito objetivo; complemento atributivo); *Raimunda pesa 75 quilos* (sujeito objetivo; complemento atributivo).

O segundo grupo das orações *estativas* é constituído pelas orações *possessivas*. Neste grupo, o verbo estabelece uma relação de posse entre o sujeito (possuidor) e o complemento (possuído). O sujeito pode ser *objetivo-possessivo* e o complemento é *objetivo*. Exemplo: *Geovana tem um anel de rubi* (sujeito objetivo-possessivo; complemento objetivo).

O terceiro grupo é formado pelas orações *locativas*, em que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito ou ao complemento, ambos caracterizando-se como *locativo* ou como *objetivo*. Exemplos: *Um belo lago cerca o castelo* (sujeito objetivo; complemento locativo); *A via Dutra vai do Rio de Janeiro a São Paulo* (sujeito objetivo; complementos locativos). Neste último exemplo há um *locativo de origem* (do Rio de Janeiro) e um *locativo de destino* (São Paulo).

O quarto e último grupo é constituído pelas orações *existenciais*, que se caracterizam pela indicação de existência de sujeito sempre *objetivo*, e complemento *locativo*. Exemplo: *Existem fantasmas no governo*. São também *existenciais* as orações construídas com o verbo “*haver*”, no sentido de “*existir*”, consideradas sem sujeito.

Ignácio (2003) faz um recorte dos principais casos semânticos, que poderiam ser classificados do seguinte modo: *agente/agentivo* (+animado, +causador, +volitivo, +controlador), sendo o instigador da ação verbal; *paciente* (afetado pela ação ou processo), isto é, aquele que recebe a ação verbal ou sofre os resultados do processo; *receptivo/destinatário*, aquele a quem se destina a ação verbal; *beneficiário*, aquele que se beneficia ou é afetado pela ação ou processo;

*experimentador* (+animado), aquele que experimenta um processo físico ou psíquico, o depositário de um sentimento ou experimentador de uma sensação; *causativo*, caracteriza-se por ser não-animado, mas potente para atuar sobre algo, sendo o causador de uma ação ou processo, sendo não-controlador e não-controlado; *instrumental*, é o desencadeador de uma ação, caracterizando-se por ser controlado e pressupor um agente; *objetivo*, é o ponto de referência de um evento ou estado e caracteriza-se pela neutralidade, sendo não-afetado; *origem*, é o ponto de origem do processo e *locativo*, representa o lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas. Um verbo como “galgar”, por exemplo, seleciona um sujeito agente (+animado, +humano) e um complemento de lugar (locativo): *O bombeiro galgou a árvore em poucos minutos.*

Os casos semânticos *agente*, *instrumental* e *causativo* podem ser facilmente confundidos; por isso, vale lembrar alguns traços distintivos importantes entre eles. O *agente* se caracteriza por ser animado, intencional e ter controle sobre a ação. O *instrumental*, sendo controlado, pressupõe sempre um agente que o manipula, sendo assim, menos intencional e mais ou menos animado. O *causativo*, apesar de potente para desencadear a ação por si mesmo, não tem controle sobre ela, sendo menos intencional. Tanto o *instrumental* como o *causativo* podem ser representados por um ser animado. Isso ocorre, pois é a dimensão pragmática, a realidade da situação que decide a natureza do papel semântico.

A proposta de estudo dos verbos dentro de uma perspectiva lógico-semântica defendida por Ignácio (2003) foi de extrema importância para este trabalho, pois a classificação que o autor faz dos verbos em *ação*, *ação-processo*, *processo* e *estado* orientou as nossas análises com os verbos codificadores de extensão ou escala, assim como sua classificação dos principais casos semânticos presentes nas orações. Desse modo, passamos a considerar a seguir, as contribuições de Abreu (2003) para o estudo da Estrutura Argumental dos Verbos, também investigada neste trabalho.

### 1.5 A PROPOSTA DE ABREU (2003)

Abreu (2003, p. 79), ao falar sobre a Estrutura Argumental dos Verbos, menciona que “o verbo, do ponto de vista do significado, é uma palavra como os substantivos, adjetivos e advérbios de modo, que têm uma *significação externa*”. Isto significa que o verbo pode nomear algo que pertença ao mundo físico ou ao mundo psicológico, mas mais do que isso, o verbo possui algo mais dentro do seu significado. Trata-se de uma estrutura virtual de relação, conhecida também como estrutura argumental.

Um verbo, em geral, suscita um conjunto de “lugares virtuais” que os falantes, intuitivamente, sabem que devem ser preenchidos. O verbo *riscar*, por exemplo, tende a ser associado com dois argumentos: alguém que risca (um agente, aquele que desencadeia a ação) e algo que é riscado (um objeto afetado, aquilo que sofre alguma alteração mediante uma ação). Logo, conclui-se que o verbo *riscar* inclui em seu significado uma estrutura de dois argumentos em que, caso um deles seja omitido poderá manifestar-se a agramaticalidade, com exceção da oração estar inserida em um contexto em que seja possível a recuperação dos argumentos.

A posse da estrutura argumental dá ao verbo um caráter predicador, mas há outras palavras em português que também podem possuir uma estrutura argumental. Estes são os substantivos abstratos e os adjetivos. O autor salienta que um substantivo abstrato como *venda* possui uma estrutura argumental com “dois lugares” a serem preenchidos, um agente (aquele que vende) e um objeto afetado (aquilo que é vendido). Um adjetivo como *contente* possui também uma estrutura argumental com “um lugar” a ser preenchido, um experienciador (aquele que experimenta o contentamento), como ocorre na sequência: *a criança está contente*. Embora verbos, substantivos abstratos e adjetivos possam ser predicadores, os verbos e os adjetivos têm uma predisposição maior para desempenhar essa função.

Abreu (2003, p. 80) pontua que “muitas vezes, além dos argumentos necessários à gramaticalidade das orações, aparecem outros que, embora não interfiram nessa gramaticalidade, acrescentam a ela outros pormenores”. Exemplo disso são os argumentos de tempo e de lugar, entre outros. Assim, pode-se dizer que o verbo, como predicador, possui dois tipos de argumento:



- Argumentos essenciais (formam a rede argumental essencial do verbo);
- Argumentos não-essenciais ou satélites (somados aos essenciais, formam, com eles, a rede argumental total do verbo, em uma situação de predicação).

Na oração *Elisa arranhou o carro hoje dentro do estacionamento* tem-se a seguinte rede argumental ligada ao verbo *arranhar*: rede argumental essencial (agente, objeto afetado) e rede argumental total (agente, objeto afetado, tempo, lugar). Às vezes, um argumento pode não ser essencial à rede argumental de um verbo, mas ser essencial à rede argumental de um outro.

Abreu (2003, p. 81-82) defende que os principais argumentos em português são:

- Agente: ente animado responsável por uma ação. Exemplo: “*Mário* beijou a namorada”.
- Causa: ente inanimado responsável por uma ação. Exemplo: “*O raio* derrubou a árvore”.
- Experienciador: ente animado afetado materialmente ou psicologicamente por um processo. Exemplo: “*Mário* sentiu dor”.
- Paciente: ente animado afetado por uma ação. Exemplo: “*Mário* chutou o cachorro”.
- Objeto afetado: elemento não-animado afetado ou modificado por uma ação. Exemplo: “*O bombeiro* quebrou o vidro”.
- Resultativo: elemento surgido como efeito de uma ação ou processo. Exemplo: “*Meu pai* construiu uma casa”.
- Objetivo: elemento que aparece como mero fruto de uma atividade que não o modifica e de que não resulta. Exemplo: “*Eu* vi a torre Eiffel”.
- Dativo: elemento afetado positivamente (beneficiado) ou negativamente (prejudicado) pela situação expressa na oração. Exemplos: “*Vera* deu um presente ao namorado”. “*Vera* dirigiu um olhar raivoso ao namorado”.
- Locativo: lugar onde acontece uma ação ou processo ou que assinala procedência, meio ou destino. Exemplos: “*Cristina* bebeu cerveja no bar”. “*Cristina* veio de Brasília”. “*Cristina* viajou pelo litoral”.
- Modo: maneira por meio da qual uma ação ou processo acontece. Exemplo: “*Cristina* fez o trabalho rapidamente”.

- Instrumental: aquilo de que um agente se serve para realizar algo. Exemplo: “O bombeiro quebrou o vidro *com um machado*”.
- Tempo: momento em que acontece uma ação ou processo, ou a partir do qual acontece uma ação ou processo. Exemplo: “Cristina foi *ontem* ao supermercado”. “O financiamento será reaberto *a partir de segunda-feira*”.

A abordagem exibida até este ponto apresentou a estrutura argumental dos verbos e os “papéis temáticos” que um determinado verbo, ainda fora da oração, seleciona para si. Colocando-se esses verbos dentro de orações, é possível observar o que acontece com eles e seus argumentos, pois os argumentos passam a assumir *funções sintáticas*. Abreu (2003, p. 83) apresenta duas orações com o verbo *construir*.

*Os portugueses construíram as caravelas.*

*As caravelas foram construídas pelos portugueses.*

Na primeira oração, o agente está antes do verbo e o resultativo depois, sem preposição. Na segunda oração, o resultativo está antes do verbo e o agente depois, precedido da preposição *por* (por + os = pelos). Trata-se de diferentes funções sintáticas assumidas pelos dois argumentos envolvidos e de modificações ocorridas no verbo. Logo, as funções sintáticas são as várias maneiras pelas quais os argumentos entram em uma oração, os diferentes papéis sintáticos que eles podem assumir.

Desse modo, a proposta de Abreu (2003) mostrou-se de grande valor para este trabalho, principalmente, por considerar que a estrutura argumental concede ao verbo um caráter predicador que possui dois tipos de argumentos: essenciais e não-essenciais. Cabe salientar que a classificação fornecida pelo autor dos principais argumentos em português, também foi muito importante para a ampliação do nosso entendimento do funcionamento das relações semânticas estabelecidas na estrutura frasal. Assim, passamos a considerar a seguir, as contribuições de Mira Mateus *et al.* (2003) para a construção desta pesquisa, visto que a autora defende o fato de que uma das condições para a boa formação de uma frase é o fato de ela respeitar

a estrutura argumental do seu predicador verbal, assumindo, assim, uma noção semântico-lexical em suas proposições.

### **1.6 A PROPOSTA DE MIRA MATEUS *et al.* (2003)**

Para Mira Mateus *et al.* (2003), a predicação atribui propriedades a entidades e abrange não só a relação entre sujeito e predicado, mas a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus argumentos. O termo 'predicado' pode também ser utilizado para fazer referência à noção semântica de predicado, predicador, ou palavra predicativa, recobrando toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria.

Os verbos são palavras predicativas por excelência, mas há outras palavras que têm igualmente estrutura argumental ou grelha temática. São palavras a cujo significado é possível associar argumentos próprios, como alguns substantivos abstratos, adjetivos, advérbios e até mesmo preposições. O conhecimento linguístico e de mundo geralmente leva os falantes a formularem perguntas (ex.: *quem, a que, o que?*) cujas respostas possam preencher as lacunas deixadas pelas palavras predicativas.

A noção de "argumento" exprime a relação entre entidades denotadas por expressões linguísticas com palavras predicativas que constituem a estrutura argumental, em que a indicação do número e da natureza dos argumentos caracteriza a especificação lexical mínima da palavra. Para descrever a estrutura argumental de uma palavra predicativa, é necessário ter em conta a distinção entre argumentos e adjuntos. Esses últimos fazem parte da interpretação situacional, mas não dependem de nenhum item lexical presente na frase, como ocorre com expressões de tempo e localização espacial.

O primeiro aspecto a se ter em conta na descrição da estrutura argumental de um verbo é a indicação do número de argumentos que ele exige. Alguns verbos não exigem nenhum argumento, outros exigem um argumento (também designados de predicados unários), outros dois argumentos (também denominados predicados

binários) e ainda outros três argumentos (também chamados de predicados ternários).

Mira Mateus *et al.* (2003, p. 186) ressalta que, sendo uma noção semântico-lexical, “a estrutura argumental de um predicador tem consequências para a forma sintática que pode assumir uma frase em que ocorra tal predicador”, pois uma das condições para a boa formação de uma frase é o fato de ela respeitar a “estrutura argumental do seu predicador verbal”. Quando uma frase não respeita este arranjo, ela fica agramatical, ou seja, mal formada sintaticamente.

O segundo aspecto a se ter em conta na descrição da estrutura argumental de uma palavra predicativa é a realização categorial que o verbo especifica para cada um dos seus argumentos. À especificação categorial dos argumentos exigidos por uma palavra predicativa chama-se propriedades de seleção categorial. Desse modo, frases que respeitam o número de argumentos exigidos pelo verbo, mas não respeitam suas propriedades de seleção categorial são consideradas agramaticais.

O terceiro aspecto a se considerar, ao caracterizar a estrutura argumental de uma palavra predicativa, é o papel temático ou semântico que cada argumento selecionado pelo verbo tem, ou seja, o tipo de relação semântica que associa cada argumento à palavra predicativa que o seleciona. As propriedades de seleção semântica de um predicador são a enumeração dos papéis temáticos que ela atribui aos seus argumentos. Quando as propriedades de seleção semântica do verbo não são respeitadas, a frase fica agramatical, mesmo se o número de argumentos e a especificação categorial de cada um deles forem os exigidos por tal verbo, como ocorre no exemplo: \**O raio amedrontou a janela*, em que, embora a quantidade de argumentos em torno do verbo seja preenchida, não se estabelece a devida relação semântica entre os argumentos e a palavra predicativa que os seleciona.

Segundo Mira Mateus *et al.* (2003, p. 187-190), a lista mínima de papéis temáticos relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa inclui os papéis de *Agente*, *Fonte*, *Experienciador*, *Locativo*, *Alvo* e *Tema*. *Agente* é o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação. A autora cita dois testes que podem identificar este papel temático. O primeiro consiste na possibilidade de

inserir nas frases adverbiais orientados para o *Agente* como: *intencionalmente, propositadamente, voluntariamente*. Só quando existe um *Agente* é que tal teste produz resultados gramaticais. Outro teste envolve a continuação da frase com uma subordinada final. Só quando existe um argumento *Agente* é que a frase resultante é gramatical, servindo esse argumento como controlador do sujeito nulo da oração subordinada final.

*Fonte* é o papel temático que designa a entidade que está na origem de dada situação, mas sem controlá-la. Um argumento *Fonte* pode designar uma força da natureza, um lugar ou um ser animado que constituam o ponto de partida de uma mudança de estado, de lugar ou de posse. *Experienciador* é o papel temático do argumento que designa a entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação, enquanto o *Locativo* é o papel temático que exprime a localização espacial de uma dada entidade.

*Alvo* é o papel temático que designa a entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não. A expressão com o papel de *Alvo* pode designar um ser humano, quando as frases descrevem situações de mudança de posse ou de comunicação linguística, ou um lugar, quando descrevem situações de mudança de lugar. *Tema*, por sua vez, é o papel temático que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou estado em frases que descrevem situações dinâmicas, podendo indicar uma entidade criada pela atividade expressa pelo verbo ou afetada por tal atividade. O papel de *Tema* pode também ser atribuído à entidade não controladora, nem experienciadora de uma situação não dinâmica.

Mira Mateus *et al.* (2003) acrescenta ainda, em explicações na nota de rodapé, que a lista de papéis temáticos varia em extensão de autor para autor e os nomes atribuídos a cada papel também variam. Assim:

“(a) Origem e, em parte, Causador, é uma designação alternativa para Fonte; (b) Meta, Benefactivo, Beneficiário ou Destinatário são designações também propostas para Alvo; (c) Paciente e Objeto são designações alternativas para Tema. Alguns autores distinguem Tema de Paciente, reservando o primeiro termo para o papel das entidades que sofrem uma mudança de lugar ou de posse e o segundo para o papel das entidades que sofrem uma mudança de estado” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 187).

A partir das considerações acima, percebe-se que o número e a natureza dos argumentos de um dado verbo estão intimamente ligados à sua natureza aspectual. Da natureza aspectual de cada verbo depende o tipo de situação que o verbo e os seus argumentos podem manifestar.

Em uma frase como *Jonas está deitado*, exprimem-se *estados*, ou seja, situações não dinâmicas, em que nenhuma das entidades envolvidas sofre alteração ou transição durante o intervalo de tempo em que tais situações ocorrem. As *situações dinâmicas, não estativas*, por sua vez, acontecem quando pelo menos uma das entidades realiza ou sofre um dado “fazer” (de natureza física, fisiológica ou psíquica) ou muda de lugar. Os verbos que descrevem estados são chamados de *estativos*, enquanto os que descrevem situações dinâmicas são chamados de *não estativos*. Um critério para distinguir verbos *não estativos* de *estativos* é a possibilidade de ocorrência em frases imperativas, visto que os verbos estativos não permitem essa colocação.

As situações dinâmicas diferem-se por tenderem ou não para um fim, sendo *télicas* ou *atélicas*, por terem ou não duração e por terem ou não estado resultante. As situações dinâmicas atélicas são chamadas de *processos*. Os processos são estados de coisas com uma duração sem delimitação, podendo admitir expressões adverbiais durativas, como as iniciadas por *durante*, exemplo: *Marta guiou o carro durante dois dias*. As situações dinâmicas télicas distinguem-se entre processos culminados, que têm uma duração razoavelmente longa, e entre culminações e pontos, que têm uma duração breve ou nenhuma duração. Nos processos culminados, “a apresentação linguística da situação considera o processo que levou à mudança de estado, de lugar ou de posse e à transição para o estado consequente” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 192), exemplo: *Cristiane levou um ano para escrever uma monografia*. Nas culminações, as situações são apresentadas como tendo pouca ou nenhuma duração; as frases que as exprimem admitem adverbiais pontuais, mas dificilmente admitem advérbios de realização, exemplo: *Cristiane já escreveu uma monografia*. Assim, tanto os processos culminados quanto as culminações têm como componente um estado consequente. Os pontos, porém, por não apresentarem duração, não proporcionam esse estado, exemplo: *Cristiane tossiu*.

A caracterização de um verbo como *estativo* ou *não estativo* e, dentro da classe dos *não estativos*, como verbo que expressa *processos*, *processos culminados*, *culminações* ou *pontos*, está intimamente relacionada com o número e a natureza dos argumentos que seleciona. Portanto, será observado a seguir, a relação que é possível estabelecer entre tipologia aspectual e estrutura argumental.

Pode-se dizer que são várias as subclasses de verbos que podem exprimir estados. São verbos *estativos* os verbos existenciais como *haver*, *existir*, *ser*, em seu sentido existencial. Os verbos existenciais são predicados unários que selecionam um argumento *Tema*. São também *estativos* verbos locativos de dois lugares com um argumento *Tema* e um argumento *Locativo*, incluindo-se entre eles verbos de posse, cujo argumento ‘possuidor’ pode ser encarado como um *Locativo* em sentido abstrato. Vale notar que verbos epistêmicos, como *saber*, perceptivos como *ver* e psicológicos não causativos como *gostar* são igualmente verbos *estativos*, sendo caracterizados por predicados binários, que selecionam um argumento *Experienciador* e um *Tema*. São também *estativos* os verbos copulativos, considerados ora predicados unários, selecionando um argumento *Tema*, ora como verbos desprovidos de estrutura argumental, constituindo a mera lexicalização de valores têmico-aspectuais. Essas concepções partilham a ideia de que o sujeito de uma frase copulativa não é argumento do verbo copulativo.

Os *processos* em geral são expressos por verbos meteorológicos, verbos inergativos de atividade física e verbos de movimento. A modificação por meio de adverbiais que exprimem uma leitura durativa, habitual ou iterativa (ex.: *durante*) contribui para a expressão de *processos*. Vale citar que verbos transitivos também podem exprimir *processos*, desde que estejam reunidas certas condições. São verbos de *processo culminado* os binários ou ternários, de tipo causativo ou agentivo, preferencialmente no tempo passado para contribuir para a leitura da perfectividade, e em que o argumento interno, com a relação de *Tema* ou outra, exprima o resultado ou a entidade criada ou afetada pelo processo.

São verbos de *culminação* os predicados unários de movimento, de aparecimento e desaparecimento em cena, e de mudança de estado como *chegar*, *sair*, *nascer*, *morrer*, *falecer*, *murchar*, *enegrecer* e *rejuvenescer*. Neste caso, trata-se de verbos inacusativos, em que o argumento selecionado para sujeito é, geralmente, o

argumento *Tema*. São inseridos na classe dos verbos que expressam *culminações* alguns predicados binários ou mesmo ternários, com um *Agente* ou uma *Fonte* como um argumento externo e um *Tema* como argumento interno, mas que, pelo seu significado lexical, denotam um processo pontual, como *ganhar*, *conseguir*, *pedir* e *descobrir*. Por fim, os verbos que exprimem o valor aspectual dos *pontos e verbos pontuais* são os verbos unários com um argumento *Tema* ou *Experienciador* selecionado para sujeito, como por exemplo, *Mara espirrou*, em que a ação de *espirrar* não apresenta uma fase de transição entre início e fim, isto é, não apresenta nenhuma duração.

Assim, as contribuições do trabalho de Mira Mateus *et al.* (2003) foram de suma importância para nossas reflexões, visto que a autora faz um estudo da estrutura argumental dentro de uma noção semântico-lexical, observando o comportamento dinâmico dos verbos e, embora sugira uma lista mínima de papéis temáticos para a descrição da estrutura argumental, a linguista reitera que essas listas podem variar em extensão de autor para autor e os nomes atribuídos a cada papel também. É importante ressaltar essa colocação da autora, pois ainda que muitas listas de papéis temáticos sejam citadas neste trabalho, apenas as listas de Borba (1996) e Ignácio (2003) serão consideradas nas análises.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo oferece uma síntese da teoria defendida por Borba (1996) em sua Gramática de Valências e sua aplicabilidade no que tange à transitividade dos verbos pesquisados neste trabalho, bem como exhibe, também, o fundamento teórico de linha funcionalista, que serviu de base para a análise dos dados.

As noções da Teoria de Valências proposta por Borba (1996) são importantes, pois nos possibilitam a observação das matrizes verbais. Uma lição dessa teoria é que todos os termos que completam a valência do verbo são complementos, cada um preenchendo um lugar vazio diferente na oração. Desse modo, a Gramática de Valências pode ser caracterizada por empregar uma classificação funcional e não categorial, pois a valência é um atributo que se detecta no funcionamento do verbo, em sua prática discursiva.

Nesse sentido, o Funcionalismo mostrou-se o modelo teórico mais adequado ao estudo da linguagem em funcionamento, pois leva em conta as funções a que a linguagem serve como instrumento de interação verbal. Além disso, atenta-se para as condições dinâmicas de produção linguística, tendo em vista que a forma assumida por uma palavra, nada mais é que um reflexo de sua função num contexto de uso específico. Desse modo, passemos às considerações teóricas desses dois importantes referenciais.

### 2.1 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS

As primeiras ideias sobre valência se devem a Tesnière (1959), que é quem parte do verbo como núcleo oracional. O autor difundiu de maneira sistematizada através de sua obra *Éléments de syntaxe structurale* o conceito de valência verbal, segundo o qual o verbo é a categoria sintática mais indicada para desempenhar a função predicativa na frase. Os principais responsáveis pela aplicação desse modelo no português europeu foram os estudiosos Busse e Vilela, com a publicação da obra *Gramática de Valências*, em 1986, que serviu de material de referência para estudos

posteriores. A proposta da Gramática de Valências objetiva ser uma visão geral da sintaxe e da semântica do verbo, dentro de uma concepção de gramática que, sem ser nova, procura sistematizar de modo novo os fatos da língua.

No Brasil, Francisco da Silva Borba (1996) foi o responsável pela sistematização de dados do português escrito. Borba (1996, p. 16) assegura que, enquanto uma gramática de constituintes se ocupa com a análise de estruturas tentando descobrir como um constituinte se encaixa noutro ou pertence a outro, a Gramática de Valências procura detectar relações de dependência entre categorias (básicas) que (co)ocorrem num contexto. O termo valência é mais abrangente e permite uma rediscussão da nomenclatura tradicional dos elementos que “completam” o sentido do verbo (IGNÁCIO, 2003).

A Gramática de Valências proposta por Borba (1996) se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, configurando um conjunto de relações instituídas entre o verbo e seus argumentos ou constituintes indispensáveis. Uma vez que os argumentos constituem uma exigência do verbo, isto é, são elementos obrigatórios para a organização da oração, diz-se que eles fazem parte da valência verbal. O termo valência só deve ser usado para as estruturas relacionais das classes de palavras lexicais (*substantivo, adjetivo, verbo*, e, eventualmente, o *advérbio*). Excluem-se desse modo classes de palavras tais como *artigo, preposição e conjunção*.

Os argumentos são aquilo que a gramática tradicional classifica como “termos essenciais da sentença”, a exemplo do sujeito, objeto direto, objeto indireto e assim por diante, tendo uma ordem estritamente sintática. Em contrapartida, as noções adotadas nesta explanação são de natureza lógico-semântica, ou seja, a representação da estrutura da sentença difere bastante da que foi estudada pela tradição gramatical; o sujeito, por exemplo, passa a ser visto como um argumento que não se distingue dos demais. Embora essas noções aparentemente não coincidam, elas mantêm uma série de correlações importantes, onde o objetivo não é minimizar a importância da sintaxe, mas sim insistir na importância que se deve atribuir à valência na caracterização de qualquer verbo.

A teoria defendida por Borba (1996) se constrói a partir da observação de que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo. Nessa perspectiva, itens como: *caneta* (*A caneta azul manchou a minha mão*); *tartaruga* (*A tartaruga sumiu no mar*) etc. são semanticamente autossuficientes e têm necessidade nula de vinculação; e itens tais como: *filho* (*O filho de minha amiga passou no vestibular*); *pai* (*O pai do aluno queixou-se da professora*); *obediência* (*A obediência do adolescente à mãe impressionou a todos*) etc. são semanticamente incompletos, tendo necessariamente de ligar-se a outros para se realizarem plenamente.

A valência diz respeito ao número de casas vazias (ou argumentos) a serem preenchidas lexicalmente na frase. Um nome como *caneta*, por exemplo, tem valência zero ( $V_0$ ) e nomes como *pai*, *filho*, por exemplo, têm valência um ( $V_1$ ). Os itens lexicais da língua podem ser *avalentes*, ou seja, sem qualquer lugar vazio na frase, *monovalentes*, aqueles com um único lugar vazio, *bivalentes* ou *divalentes*, aqueles verbos com dois lugares vazios, *trivalentes*, aqueles com três lugares vazios e, como alguns autores admitem, *tetravalentes*, aqueles com quatro lugares vazios na frase, ou seja, os verbos podem ter valência um, dois, três ou quatro, de acordo com o número de argumentos que exigem. Busse e Vilela (1986, p. 19) não consideram os tetravalentes, mas admitem que “há autores que defendem a existência de verbos com quatro lugares vazios na frase”, como por exemplo: *João traduziu alguma coisa de x para y*.

A valência verbal tem por objetivo básico observar e determinar o comportamento do verbo na frase. Para tanto, Borba (1996, p. 46-57) elenca três tipos de valências: (1) valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica: é o nível mais geral e abstrato e diz respeito ao número de argumentos necessários a preencherem as “casas vazias” do verbo. Esse número vai de zero a quatro no português, como se vê nos exemplos a seguir: *Choveu* ( $V_0$ ); *A andorinha voa* ( $V_1$ ); *O ladrão roubou o idoso* ( $V_2$ ); *O cliente devolveu o dinheiro ao balconista* ( $V_3$ ); *Antônio trouxe a família de Pernambuco para Curitiba* ( $V_4$ ); (2) valência sintática: se refere à natureza morfossintática dos elementos que constituem os argumentos. Assim, por exemplo, o verbo “persuadir” prevê, além do  $SN_1$  que funciona como sujeito, um  $SN_2$  que funciona como objeto indireto. Exemplo: *Janice persuadiu o marido a ir com ela ao cinema*; (3) valência semântica: está relacionada ao fato de que os papéis

semânticos e traços que caracterizam os argumentos decorrem das propriedades semânticas dos verbos. Os elementos que compõem a estrutura argumental de um verbo recebem os nomes de acordo com a função que eles desempenham na própria estrutura. Isso diz respeito às características categoriais, isto é, traços que compõem cada uma das categorias e às funções temáticas (= papéis) como agente, causativo, beneficiário, experimentador, etc.

Dentro dessa perspectiva teórica, a oração se estrutura a partir da valência verbal, em que cada verbo exige certo número de elementos, com determinadas características sintático-semânticas, que com ele compõem a oração. Esses elementos são constituintes obrigatórios que preencherão as “casas vazias” da estrutura oracional. Na nomenclatura da Gramática de Casos são elementos com “determinadas funções semânticas como Agente, Paciente, Instrumental, Experienciador, etc., daí serem chamados de casos ou papéis semânticos ou papéis temáticos” (IGNÁCIO, 2003, p. 110). Ao assumir funções de constituintes oracionais, eles também são chamados de argumentos.

Pode-se afirmar que a Gramática de Valências e a teoria dos casos semânticos encontram convergência pelo fato de que ambas dissociam os elementos indispensáveis à estrutura argumental aberta pelo verbo daqueles que lhe são opcionais, com a intenção de desenvolver um arcabouço teórico para a identificação desses elementos que integram a significação do verbo.

O nome de cada caso é bem motivado quanto ao valor semântico que expressa. Porém, este valor semântico não está ligado a um item léxico em si, mas a uma relação que se estabelece na estrutura frasal. O número de casos varia muito nas diferentes propostas de gramática de casos. Acerca dos papéis temáticos – categorias usadas para rotular as funções semânticas – Borba (1996), ao adotar a proposta de Fillmore (1968), faz as seguintes considerações:

- *Agentivo (Ag)* – é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não), sendo origem dela e seu controlador. Ex: *Roberto* canta. / *Lídia* beijou o marido.

- *Experimentador (Ex)* – caso do evento psicológico genuíno, traduz uma experiência ou disposição mental. Ex.: *Lucas sente saudade de Cristina.* / *Anderson ouve música.*
- *Beneficiário (B)* – o beneficiário é um afetado que marca o destinatário da posse (simples posse, perda ou ganho) / benefício. Ex.: *No dia das crianças, Amanda ganhou uma boneca.* / *Cleuza ajudou muito a Jonas.* / *O rapaz herdou a empresa de seu pai.*
- *Objetivo (Ob)* – caso semanticamente mais neutro. É a entidade em relação à qual se verifica uma situação, ou seja, é o afetado por aquilo que o verbo indica. Ex.: *Vilma só canta sambas.* / *Ruth comprou as passagens.*
- *Instrumental (I)* – o *I* exprime uma causa indireta tendo como traços básicos: a *atividade* e o fato de ser *controlado*. Ex.: *Cortou a carne com a faca.* / *A chave abriu o carro.*
- *Causativo (Ca)* – é o que provoca um efeito ou desencadeia algo. Expressa uma atividade ligada a um estímulo. Ex.: *A chuva de granizo quebrou o vidro.* / *O vendaval derrubou as roseiras.*
- *Origem (O)* – contém os traços *afetado* e *transição*, expressando o ponto de partida. Ex.: *Marília veio da Dinamarca.*
- *Meta (M)* – contém os traços *afetados* e *transição*, expressando o ponto de chegada. Ex.: *Os assaltantes invadiram a mansão.*
- *Resultativo (R)* – é um *efetuado*. Liga-se a verbos de existência, ou seja, a verbos cujo complemento expressa algo que passa a existir. Ex.: *Márcia tricotou um casaco.* / *Lourdes montou uma lanchonete.*
- *Temporal (Tp)* – indica *localização* no tempo. Ex.: *O casamento ocorreu na semana passada.* / *Faz três meses que ele não vê a filha.*
- *Comitativo (Co)* – a principal característica do *Co* é a *associação*; é sempre *afetado*, mas pode ter traços como *atividade* e *causa*. Ex.: *Janis saiu com Daniel.*
- *Locativo (L)* – o *L* marca o lugar. Ex.: *Léa está na faculdade.*

Borba (1996) ainda desdobra o valor espacial do caso *locativo* em *direcional* (Dr) (= movimento para): *Vou a Florianópolis;* e percurso (Pr) (= movimento através de): *Karina passeia pelo calçadão da praia.* / *Jussara caminhava pelo parque.* Acerca

deste caso, a abordagem de Ignácio (2003, p. 112) mostra que o locativo “representa o lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas”. Ex.: *O Rio de Janeiro sediará a Copa de 2014. / Meu quarto está cheio de tranqueiras*. A identificação dos casos por seus traços constituintes pode tornar-se sutil ou difícil, pois há traços que se repetem em muitos casos.

As noções da Teoria de Valências proposta por Borba (1996), sobretudo no que tange à valência verbal, mostraram-se relevantes para este trabalho, pois nos permitiu observar as matrizes verbais. Uma importante lição da Gramática de Valências é que todos os termos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um ocupando um lugar vazio diferente, estando dentre eles o sujeito, portanto, todos são diferentes entre si.

### **2.1.1 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS E A TRANSITIVIDADE**

Os termos valência, regência e transitividade podem, grosso modo, ser tratados como sinônimos, se levarmos em conta que os três permeiam a noção de dependência. No entanto, é importante salientar que as gramáticas tradicionais focalizam a regência circunscrita ao verbo, ao passo que as noções de valência e de transitividade são mais exploradas pelas gramáticas descritivas.

Dentro da perspectiva teórica valencial, um verbo é caracterizado de acordo com o número de argumentos que ele exige, podendo variar de zero a quatro no português. Se o verbo selecionar um argumento, funcionando como sujeito, ele será monovalente. Estão, nesses casos, verbos de ação como “andar” e “correr”, e de processo como “crescer” e “engordar”. Se o verbo exige, além do sujeito, um ou dois complementos, como os verbos transitivos e bitransitivos, então ele será bi ou trivalente, estando nesses casos os verbos de ação-processo e alguns verbos de ação, como nos exemplos a seguir: *O vereador não receberá os manifestantes* (bivalente, ação); *O goleiro devolveu a bola aos jogadores* (trivalente, ação-processo).

A valência, portanto, abarca tanto o nível das relações sintáticas, quanto o nível das relações semânticas. Daí dizer que um verbo exige tantos complementos (valência quantitativa), com tais valores semânticos (valência qualitativa). Assim, o verbo “assassinar”, por exemplo, será bivalente (valência quantitativa), por exigir um sujeito e um objeto (*Matias assassinou Cirino*), como também seleciona um sujeito agente e um complemento paciente, + animado (valência qualitativa).

A valência e a transitividade são propriedades que se detectam no funcionamento do verbo na sua realização no discurso, por isso, não se pode dizer que tais verbos tenham sempre as mesmas propriedades. Assim, um verbo primitivamente bivalente, transitivo, pode, dependendo da necessidade comunicativa do falante, passar a funcionar como monovalente e intransitivo. Um verbo como “comprar”, por exemplo, bivalente e transitivo direto numa oração como “*Jéssica comprou uma moto*” pode passar a monovalente e intransitivo em outra construção, como: “*Jéssica não passa um dia sem comprar*”, em que o verbo “comprar” aparece sem o complemento. Do mesmo modo, um verbo primitivamente monovalente e intransitivo pode funcionar como bivalente e transitivo, como evidencia o verbo “andar”, nos exemplos a seguir: *A menina ainda não anda* (monovalente e intransitivo) > *Andei toda a cidade a pé* (bivalente e transitivo).

Desse modo, a Gramática de Valências pode ser caracterizada por utilizar uma classificação funcional e não categorial, que prioriza a função sintática na diversidade de realizações morfológicas. Essa classificação já diferencia, inicialmente, os constituintes com função primária, que são obrigatórios por realizarem os argumentos, dos constituintes com função secundária, que são facultativos por serem oracionais.

A observação do comportamento dos verbos codificadores de extensão ou escala utilizou-se de noções da Teoria de Valências proposta por Borba (1996), conhecida também como gramática de dependências. Isto foi necessário, uma vez que a transitividade desses verbos, bem como a de outros, só pode ser observada em condições reais de uso. Por isso, acreditamos que as marcas linguísticas inerentes aos verbos estudados pudessem ser mais encontradas a partir da análise de cláusulas valencial. Isso se justifica, pois, a valência é uma propriedade que se

detecta no funcionamento do verbo, em sua realização discursiva, isto é, ela não é uma propriedade dada *a priori*, mas surge das e nas relações enunciativas.

## 2.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

A partir dos estudos de Saussure (1916), as pesquisas na área da linguística caracterizaram-se pela alternância de duas importantes tendências teóricas, uma que enfatizava a forma linguística, encarando a linguagem como um fenômeno mental, deixando a análise das funções em segundo plano, e outra que atribuía o papel predominante das línguas à sua função comunicativa, encarando-a como um fenômeno social. Essas tendências refletiram as perspectivas formalistas e funcionalistas da linguagem, respectivamente.

O pólo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 20)

A excessiva formalidade das teorias gerativistas, que imperavam nos estudos linguísticos pouco antes da reatualização dos princípios funcionalistas contemporâneos, provocou uma reação que culminou no surgimento de outras tendências que recolocaram o sujeito e a situação de produção no centro da análise linguística. Isso porque o paradigma funcional ostenta uma história quase tão longa quanto à do paradigma formal.

O desenvolvimento da visão funcionalista da linguagem comumente se liga aos estudos realizados na Escola Linguística de Praga, que define a língua como “um sistema de meios apropriados a um fim”. Para Martinet, um dos mais importantes divulgadores do pensamento linguístico internacional dessa escola, o termo *funcional* só possui sentido para os linguistas “em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros”



(MARTINET, 1994, p. 13 apud NEVES, 1999, p. 5). O Funcionalismo, portanto, nasce da necessidade de se perceber a língua como um instrumento sensível às mudanças que envolvem os falantes em seu uso.

Cabe ressaltar, nesse ínterim, o fato de que o Funcionalismo tomou diferentes rumos ao longo do tempo e hoje abriga diversas versões, tendências ou abordagens, em especial porque o termo *funcional* foi anexado a uma variedade de modelos, escolas, movimentos e metodologias, dentro e fora da linguística. Tais versões costumam ser identificadas pelos nomes dos estudiosos que as desenvolveram ou que são seus seguidores, mas todos os linguistas funcionais compartilham a concepção de língua como instrumento de comunicação, em que a análise da forma linguística deve estar vinculada à análise de suas funções, em situações reais de uso.

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, os estudiosos da linguagem Sandra Thompson, Paul Hopper, Talmy Givón e Wallace Chafe, perceberam a necessidade de se estudar a língua e seus processos evolutivos através do uso e começaram a ter seus trabalhos rotulados como *funcionalistas*. Dentro dessa tendência, a observação da língua deveria ocorrer do ponto de vista do contexto e da situação extralinguística. Assim, a sintaxe se apresentaria como uma estrutura em constante mudança, em virtude das estratégias de organização da informação utilizadas pelos falantes da língua no momento da interação discursiva. Desse modo, para se entender o fenômeno sintático, faria-se necessário um estudo da língua em seus contextos discursivos específicos, visto que é nesse espaço que se constitui a gramática.

Para diversos autores funcionalistas, o termo *gramática* não se refere à normatização, mas ao conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e de uso. Assim, dentro de uma abordagem funcionalista, o ensino da gramática deve levar em conta

[...] além dos aspectos estruturais, sistêmicos, os aspectos relativos aos fins, aos propósitos do usuário ao construir e usar uma determinada expressão linguística. Isso significa levar em conta a interação verbal, ou seja, fundamentar-se na concepção de linguagem como interação, como 'uma forma de atividade estruturada', conforme aponta Dik (1989) (DECAT, 1999, p. 215).

Uma gramática funcional deverá relacionar a análise linguística ao contexto de ocorrência dos enunciados, atentando-se para as variações a que esse uso conduz, visto que é o discurso real que mantém a chave para a gramática. Logo, não há regras absolutas, apenas orientações para o uso social da linguagem. Assim, os enunciados, sendo multifuncionais e não ocorrendo isoladamente, estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto linguístico.

Na perspectiva teórica do Funcionalismo, a linguagem passa a ser vista como “um instrumento de interação social usado na comunicação humana” (GIVÓN, 1979), onde os domínios da sintaxe, semântica e pragmática, relacionados, mantêm uma estreita interdependência. A gramática estuda os fenômenos presentes na manifestação da língua; logo, a gramática, para os funcionalistas, é a própria língua em uso, dentro de seu contexto comunicativo. Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 18) corroboram essa visão:

A gramática é compreendida e interpretada no discurso, nos diferentes contextos de interação. A sintaxe é então concebida como efeito de cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, na linha de Givón (1979), que afirma que a linguagem humana evoluiu do modo pragmático (ligação frouxa entre palavras, ausência de morfologia gramatical, estrutura tópico-comentário) para o modo sintático (subordinação rígida, uso elaborado de morfologia gramatical, estrutura sujeito-predicado) (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 18).

Como visto dentro da hipótese funcional, a estrutura gramatical é motivada pela situação comunicativa, ou seja, ela depende do uso que se faz da língua. Seu interesse de investigação linguística busca explicar as regularidades da língua a partir das condições discursivas em que se verifica esse uso. Visto que a principal função da língua é a interação comunicativa, essa função deve influenciar a forma do código, fazendo com que a recorrência de formas regulares possibilite fazer generalizações. Em outras palavras, trabalha-se com a hipótese de que a forma da língua deve refletir, em alguma medida, a função que exerce.

Segundo Oliveira (2009, p. 74), “a função que a língua desempenha no processo comunicativo está estreitamente ligada à forma que a língua adquire em cada evento de comunicação”, visto que ela é um contínuo de sentidos em construção, em que a codificação se dá motivada pelas intenções comunicativas do falante. Dentro desse

pressuposto, a estrutura se apresenta como uma variável dependente, que emerge das situações cotidianas de interação, visto que são os usos da língua, ao longo do tempo, que dão forma ao sistema. A língua nada mais é que uma entidade dinâmica, moldada por fatores extralinguísticos, com força cognitiva e manipulação pragmática.

Hopper (1987) apresenta o conceito de “gramática emergente”, em que o adjetivo emergente aparece no sentido de um “movimento contínuo em direção à estrutura”, sendo essa visão de estrutura sempre “provisória, incompleta, negociável”. Hopper parece sugerir que a gramática é completamente flexível, ajustando-se quando necessário para atender seus propósitos, ou seja, ela é “dependente do seu contexto comunicativo”, não concordando com qualquer sistematicidade ou rigidez que possa referir-se ao código linguístico gramatical.

Givón (1995 apud MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 28) delineou um grupo de premissas que caracterizam a visão funcionalista da linguagem. São elas:

a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções. (GIVÓN apud MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 28)

Assim, ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso, pois, como defende Givón (1979), a sintaxe existe para exercer uma certa função, e é esta função que determina sua maneira de ser, visto que ela refletirá a imagem do discurso.

### **2.2.1 O FUNCIONALISMO E A TRANSITIVIDADE**

No Funcionalismo, a transitividade não é vista como uma propriedade categórica do verbo, como defende a gramática tradicional, mas como uma propriedade contínua e

escalar da oração inteira, sendo as relações entre o verbo e seus argumentos, observadas na oração. Trata-se, pois, de uma gramática da oração.

Cabe ressaltar a importância de olharmos para os fenômenos sintáticos, em especial a transitividade, dentro de seus contextos discursivos, pois as formas linguísticas são descritas a partir de suas funções comunicativas dentro do quadro funcionalista. Assim, a transitividade somente pode ser dada no contexto em que aparece, visto que ela está a serviço das funções que desempenha na estrutura oracional, sendo um fenômeno responsável pela codificação das funções de caso semântico e pragmático, cuja direção *discurso* > *texto* norteará as ocorrências gramaticais. Isto se dá, pois, as regras da gramática são modificadas pelo uso, através da mudança das línguas, logo, é necessário observar a língua em seu contexto real.

O termo *transitividade* refere-se, dentro dos estudos gramaticais, “ao grau de completude sintático-semântica de itens lexicais empregados na codificação linguística de eventos” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 7), de acordo com as possibilidades de transferência de uma ação de um agente para um paciente, sendo o papel que o verbo desempenha na sentença, no discurso e na comunicação, bem mais complexo do que sugerem aquelas explicações tradicionais. Assim, a transitividade é caracterizada pela necessidade de adoção de um complemento que finalize uma ideia insuficiente em si mesma.

Givón (1995, p. 76) entende a transitividade como um fenômeno complexo que envolve os componentes semântico e sintático. Uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um agente responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e um paciente que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Esse é o evento transitivo prototípico, em que a oração conta com os três traços semânticos, apontados por Givón (1995), a saber: a) agentividade: ter um agente intencional que controla a ação; b) afetamento: ter um paciente concreto, afetado; c) perfectividade: envolve um evento concluído pontual.

É importante salientar que, para Givón, esses traços, em princípio, são uma questão de grau. Para evidenciar isso, ele arrola vários exemplos em que os verbos são agrupados em função da mudança física registrada no estado do paciente, conforme

se vê em um objeto criado: *He built a house*<sup>1</sup>; um objeto totalmente destruído: *They demolished the house*<sup>2</sup> etc.

Furtado da Cunha e Souza (2007), ao apresentarem a proposta de Givón, mostram que

outros verbos que pertencem sintaticamente a esse grupo, ou seja, que apresentam sujeito e objeto, podem, contudo, desviar-se do verbo transitivo prototípico, quer em termos do grau em que a mudança no objeto é física, óbvia, concreta, acessível à observação, quer em termos do agente-sujeito (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 33).

Como exposto, as cláusulas são divididas de acordo com os tipos de verbo que ocupam seus núcleos semânticos e sintáticos, isto é, os verbos são divididos em tipos semânticos de acordo com os papéis semânticos dos participantes no estado ou evento, ocupados pela cláusula. O conjunto de papéis semânticos tipicamente associados com cada verbo, desse modo, define a estrutura semântico-proposicional do verbo, do estado/do evento e da cláusula. Essa noção ampliada da transitividade, formulada pela linguística funcional, é essencial para o entendimento de como a gramática do verbo e seus argumentos se manifesta em textos reais produzidos em situação de comunicação, como os considerados neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Ele construiu uma casa.

<sup>2</sup> Eles demoliram a casa.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho se insere na linha de pesquisa “Estudos analítico-descritivos da linguagem” e está vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Linguagens, criado na universidade em 2006 e coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Helena Peyroton da Rocha. Esse Núcleo congrega pesquisas que investigam vários fenômenos linguísticos, dentro da perspectiva funcionalista da linguagem. Dentre os fenômenos estudados encontra-se a transitividade verbal, que vem sendo analisada a partir dos seguintes grupos: verbos de ação resultativa (*fazer, construir etc.*), verbos de objeto afetado (*destruir, cortar etc.*), verbos de movimento (*por, levantar etc.*), verbos de posse, (*comprar, vender etc.*), verbos de atitude (*permitir, impedir etc.*), verbos de percepção (*sentir o cheiro, examinar etc.*), verbos de sentimento (*amar, odiar etc.*), verbos de comunicação verbal (*dizer, declarar etc.*) e, por fim, verbos codificadores de extensão ou escala (*subir, ocupar etc.*), que é o objeto de nossa dissertação. Essa subcategorização dos verbos foi inspirada na lista arrolada por Azeredo (2004, p. 180).

Motivado pela investigação realizada por Cano Aguilar (1981) no espanhol, Azeredo (2004, p. 180) arrola no português um grupo de verbos que codificam extensão ou escala, entre eles: *atravessar, percorrer, subir, abraçar, presidir, contornar, ocupar, preencher, inundar, medir 1 (ele mediu um terreno), medir 2 (o terreno mede 160 m), valer e durar (a viagem durou 80 dias)*. Embora Azeredo (2004), proponha uma lista de verbos que podem codificar extensão ou escala na língua portuguesa, ele não demonstra como funciona essa realização na língua em uso, daí executarmos um estudo com um recorte de análise desse grupo, composto pelos verbos *subir, ocupar, medir, durar e valer*, com a finalidade de observar seu comportamento com o auxílio da teoria valencial, proposta por Borba (1996), juntamente com a contribuição de Ignácio (2003), e a teoria funcional, proposta por Givón (1979, 1995, 2001) e outros estudiosos, que defendem os estudos de fenômenos linguísticos a partir da análise das estruturas em seu uso real. Para proceder ao trabalho, também foram utilizadas as definições semânticas dos verbos e seus complementos apresentadas por Borba (1991, 2002).

A proposta de estudo de Cano Aguilar (1981) se mostrou de grande importância para esta pesquisa, pois ela apresenta o fenômeno da transitividade a partir do valor semântico da relação sintática verbo-objeto, acompanhada das restrições de coaparição de certos substantivos com certos verbos, em função da presença ou ausência de determinados traços semânticos. Para o linguista, a transitividade não se define apenas por características formais, mas a base sugere uma relação semântica. Em suma, o autor faz uma análise empírica das estruturas transitivas na língua espanhola e isso motivou-nos a realizar uma investigação similar no português, a partir de uma lista de verbos proposta por Azeredo (2004, p.180).

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB - 1958) opera com o conceito latino de (in)transitividade. Nessa perspectiva, considera como intransitivos “aqueles verbos que não vão além”, ou seja, “aqueles verbos que não permitem a passagem da voz ativa para a voz passiva”. Nesse sentido, o objeto indireto é descrito como um complemento verbal, assim como o objeto direto, que se caracteriza como o termo da oração que completa o sentido de um verbo transitivo direto. Seu papel indica o alvo, paciente ou elemento sobre o qual recai a ação. A identificação do objeto direto pode ocorrer por meio de testes como os da pronominalização e apassivação. O complemento de natureza adverbial é, por sua vez, um complemento tão indispensável à construção do verbo quanto os demais complementos verbais. O emprego dessa nomenclatura para uma função sintática fora das definições da NGB (1958) se explica, pois esta proporciona um caráter argumental, portanto, não acessório dessa nova função, em contraposição ao caráter não argumental e acessório do adjunto adverbial.

Desse modo, objetivamos estudar o comportamento dos verbos codificadores de extensão ou escala no que tange à sua transitividade, verificando as características de preenchimento do espaço de seus complementos verbais, isto é, dos elementos que acompanham o verbo. Para o cumprimento de tal objetivo será feita uma análise dos traços semânticos que os argumentos desses verbos apresentam quando de sua relação sintática. Como se pode verificar na realização das frases, a situação comunicativa é a que determina a valência verbal. Há uma necessidade sintática de preenchimento dos espaços, mas há também uma possibilidade de variação em face das determinações da situação comunicativa.

A revisão das abordagens sobre verbo numa perspectiva sintático-semântica realizada neste trabalho contribuiu para o entendimento do fenômeno em estudo, visto que essa proposta teórico-metodológica pode apresentar uma nova abordagem no tratamento da transitividade dentro da língua portuguesa. Desse modo, avaliou-se como mais adequada, a classificação das análises com base na teoria da predicação ou teoria argumental, centrada na Gramática de Valências e na Gramática de Casos, considerando como ponto de referência as relações com o sujeito.

Como exposto, os verbos codificadores de extensão ou escala constituem o objeto de estudo deste trabalho. Logo, para uma melhor análise desse objeto nas ocorrências encontradas, fez-se necessário o acolhimento das definições dos termos *extensão* e *escala* consignadas em obras de referência como o *Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa* (2009) e o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), com o fim de instituir o ponto de partida das análises de acordo com as acepções concernentes.

Assim, no *Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa* (2009), o termo *extensão*, em sua segunda acepção, aparece com o sentido de “dimensão, tamanho”, como por exemplo: *a dimensão de um terreno*. Na terceira acepção, *extensão* aparece com o sentido de “duração”, exemplo: *qual será a extensão da aula?*

O substantivo *escala*, por sua vez, é registrado na referida obra, em sua segunda acepção, como “linha graduada, dividida em partes iguais, que indica a relação das dimensões ou distâncias marcadas sobre um plano com as dimensões ou distâncias reais” (AURÉLIO, 2009, p. 785), exemplo: *escala de um mapa; escala de um gráfico estatístico*. Em sua sétima acepção, *escala* se refere ao “tempo que dura em parada”, exemplo: *Durante a escala no Recife os passageiros não saíram do avião*. Em sua nona acepção, *escala* aparece no sentido figurado de “hierarquia; escala social, escala de valores”.

No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), o substantivo *extensão* está consignado em sua primeira acepção como “ato ou efeito de estender-se”. Em sua segunda acepção, o substantivo *extensão* está registrado como “dimensão de algo em qualquer direção”, exemplo: *a extensão de um terreno*. Na terceira acepção,



*extensão* aparece com o sentido de “permanência no tempo; duração”, exemplo: *a extensão da vida humana*.

O substantivo *escala*, por sua vez, é acolhido na obra supracitada, em sua primeira acepção, como “relação entre as dimensões de um desenho e o objeto por ele representado”, e em sua nona acepção como “série de graus ou níveis, dispostos segundo a importância de cada um, em ordem ascendente ou descendente, hierarquia (escala de valores)” (HOUAISS, 2009, p. 795).

A partir dessas considerações, procuramos constituir o *corpus* como uma representação do conjunto de informações sobre o uso da língua, em sua modalidade escrita. Para isso, nos utilizamos de textos inseridos num importante e abrangente veículo de circulação social no país, que apresenta grande variedade de assuntos e diversidade de gêneros, a Revista *Veja*. Observamos o comportamento dos verbos estudados em diferentes textos do âmbito jornalístico escrito, como notícias, entrevistas, resenhas, entre outros. Não foi nossa pretensão avaliar se a mudança do gênero textual poderia influenciar na atuação dos verbos pesquisados, daí observarmos a realização dos verbos codificadores de extensão ou escala em toda ambiência linguística do texto jornalístico.

O levantamento foi realizado através de ferramenta de pesquisa *on-line*, no acervo digital da Revista *Veja*, disponível no site [www.veja.abril.com.br/acervodigital](http://www.veja.abril.com.br/acervodigital). Foi empreendida uma coleta de dados direcionada dos verbos *subir*, *ocupar*, *medir*, *durar* e *valer* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala nos termos definidos por *Aurélio* (2009) e *Houaiss* (2009). A busca *on-line* no acervo de *Veja* foi realizada por meio da procura paulatina dos verbos em suas diversas formas de conjugação, assim, para chegarmos às ocorrências descritas no *corpus* foi necessária uma investigação minuciosa dos verbos estudados, sendo automaticamente descartados todos os casos que não estivessem dentro do recorte proposto para análise. O trabalho de coleta englobou cinquenta e seis edições da revista, da edição 2206 a 2262, o que corresponde a treze meses de circulação do periódico, de março de 2011 a março de 2012, totalizando 82 ocorrências dos verbos na ambiência pesquisada. Do total coletado, 26 eventos são com o verbo *subir*, 23 com *ocupar*, 20 com *durar*, 7 com *medir* e 6 com *valer*. Dessas ocorrências surgiram 26 análises englobando os cinco verbos estudados nesse trabalho.

Julgamos ser suficiente o número de análises do *corpus*, pois elas são um recorte representativo do levantamento dos dados, e um número maior de apreciações apenas tornariam as análises repetitivas.

## 4 ANÁLISE DO *CORPUS*

A análise empreendida conta com a contribuição das teorias valencial e funcional. Para isso, utiliza as proposições de Borba (1991, 1996, 2002), de Ignácio (2003) e de Givón (1979, 1995, 2001), somadas às propostas de outros estudiosos, que defendem os estudos linguísticos a partir de seu uso real. Os casos semânticos ou Papéis Temáticos são os utilizados por Borba (1996) e por Ignácio (2003). Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) também foram utilizados nas análises, embora seus resultados não sejam absolutamente decisivos para o estabelecimento da transitividade. O levantamento dos verbos e de suas ocorrências se deu de forma automática, por meio de ferramenta de pesquisa *on-line* no acervo digital da Revista *Veja*.

### 4.1 VERBO *SUBIR*

Serão apreciadas nesta parte, seis análises do verbo *subir* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala, de acordo com a ambiência pesquisada. Os excertos a serem avaliados a seguir, representam bem o comportamento do verbo em questão na língua em uso.

(1) “O salário médio para 5,6 milhões de brasileiros que permaneceram no serviço doméstico cresceu 43,5% na última década, enquanto o rendimento médio do trabalhador brasileiro **subiu** apenas 25%” (Revista *Veja*, edição 2239, 19/10/11, p. 111).

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “aumentar” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito (seres ou objetos), que, neste caso, recebe um atributo de natureza quantitativa.

O argumento valencial codificado como sujeito (*o rendimento médio do trabalhador brasileiro*) é inativo e expresso por nome abstrato, não animado, caracterizado pelos

traços: [- humano, - animado, - volitivo]. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (25%), delimitado por um adjunto adverbial de exclusão (*apenas*), o que codifica uma escala hierárquica de valores.

Retomamos aqui a proposição de Neves (2000) no que tange aos verbos e às suas predicções. Como falamos anteriormente, a autora subcategoriza os verbos, distribuindo-os entre três classes principais de predicados verbais, dois dinâmicos e um não dinâmico. O verbo “subir” no sentido de “aumentar” pode figurar entre os verbos que constituem as orações dinâmicas, cujo aspecto é acabado, logo, télico. É mister observar que, nessa ambiência linguística, o sujeito não tem controle sobre o processo inscrito em “subir”.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e o complemento é um *objetivo*, pois é o ponto de referência do evento e tem caráter neutro.

Do ponto de vista da Gramática de Valências, no que tange à valência quantitativa, todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um deles ocupando um lugar vazio diferente, e, portanto, todos eles são diferentes entre si, estando entre eles o sujeito. No excerto analisado, o verbo “subir” está funcionando como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos da apassivação e da pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que não se trata de objeto direto, mas de complemento de natureza adverbial.

(2) “Caixa de um banco, Charles Whitman, 25 anos, era tido como um sujeito normal até que, em 1º de agosto de 1966, **subiu** ao topo de uma torre da Universidade do Texas e alvejou a esmo as pessoas no campus” (Revista Veja, edição 2256,15/02/12, p. 115).

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “galgar, percorrer andando para cima” e indica *ação*, isto é, indica que alguém faz alguma coisa. O argumento valencial codificado como sujeito (*Charles Whitman*) é agente e expresso por nome humano, animado, caracterizado pelos traços: [+ humano, + animado, + volitivo]. O complemento verbal é expresso por nome designativo de lugar (*topo de uma torre da Universidade do Texas*), o que codifica uma extensão locativa com base na “dimensão, tamanho de algo”.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *agentivo*, por ser o instigador da ação verbal, dotado de voluntariedade, tendo controle sobre o ato; e o complemento é um *locativo*, pois representa o lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas.

Na perspectiva da Gramática de Valências, todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um deles ocupando um lugar vazio diferente. Com respeito à valência quantitativa, o verbo “subir” analisado está funcionando como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que o complemento analisado é de natureza adverbial.

(3) “Com o novo corte na escala de Framingham, o número de mulheres com grande risco cardíaco **subiu** de 10% para 30% - o que, em números absolutos, representam 21 milhões de brasileiras” (Revista Veja, edição 2215, 04/05/11, p. 109).

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “aumentar” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito, que, neste caso, recebe um atributo de natureza quantitativa. O argumento valencial codificado como sujeito (*o número de mulheres com grande risco cardíaco*) é inativo. Os complementos do verbo “subir”, no excerto 3, são expressos por número designativo de quantidade (*de 10% para 30%*), que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

De acordo com a valência semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e os complementos são dois: um de *origem* (*de 10%*), que caracteriza o ponto de partida na escala e o outro *meta* (*para 30%*), que caracteriza o ponto de chegada. Do ponto de vista da valência quantitativa, todos os elementos que preenchem a valência verbal são complementos diferentes. No excerto analisado, “subir” se realiza como um verbo de valência três.

Os testes sintáticos da passivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que não se trata de objeto direto, mas de complemento de natureza adverbial.

(4) “De acordo com um levantamento inédito da Marsans, entre 2004 e 2010, o número de passageiros em cruzeiros com partida e destino no Brasil **subiu** 400%.” (Revista Veja, edição 2210, 30/03/11, p. 57)

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “aumentar” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito, que, neste caso, seleciona um elemento de natureza quantitativa.

O argumento codificado como sujeito (*o número de passageiros em cruzeiros*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por número designativo de quantidade (*400%*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e o complemento é um *elemento de natureza adverbial*. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “subir” se realiza como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite dizer que o complemento em questão é de natureza adverbial.

(5) “A horda de zumbis que o crack produz deixou de ser formada apenas por mendigos e moradores de rua. Lentamente, o crack **subiu** a escala social. As clínicas e os psiquiatras cuidam de estudantes universitários, empresários, advogados e até médicos.” (Revista Veja, edição 2222, 22/06/11, p. 96)

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “ascender, mudar para categoria superior” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito. O argumento valencial codificado como sujeito (*o crack*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome indicativo de escala hierárquica (*escala social*), o que codifica uma escala em ordem ascendente.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e o complemento é um *objetivo*, pois é o ponto de referência do evento e tem caráter neutro. Do ponto de vista da valência quantitativa, “subir” se realiza como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso. Tem-se assim, um complemento de natureza adverbial.

(6) “No curto prazo, a primavera árabe provocou aumento no preço do petróleo. Em março, com a rebelião na Líbia, o barril **subiu** para 107 dólares, o maior preço em dois anos e meio.” (Revista Veja, edição 2247, 10/12/11, p. 99)

O verbo “subir”, neste excerto, tem o sentido de “aumentar” e indica *processo*, isto é, um “acontecer” em relação ao sujeito, que, neste caso, recebe um atributo de natureza quantitativa. O argumento codificado como sujeito (*o barril*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome de moeda tomado em seu valor monetário (*107 dólares*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

De acordo com a valência semântica, o sujeito se caracteriza como *paciente*, por ser afetado pelo processo e sofrer os resultados dele; e o complemento é um elemento de natureza adverbial. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “subir” se realiza como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que não se trata de objeto direto, nos termos da gramática tradicional, mas de complemento de natureza adverbial.

Como mostramos nas análises do verbo “subir”, há variação sintática e semântica; há também diferentes complementos selecionados pelo verbo em questão, o que caracterizou o verbo, em seu funcionamento, como de valência 2 ou 3. Ademais, no



que tange à subcategorização do verbo analisado, ora comportou-se como um verbo de *ação*, excerto 2; ora como *processo*, nos excertos 1, 3, 4, 5 e 6. Nessa perspectiva, concordamos com Bybee (2010), que assegura que a variabilidade e a gradiência são características intrínsecas da linguagem.

#### 4.2 VERBO OCUPAR

Serão consideradas nesta parte, seis análises do verbo *ocupar* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala. Os excertos apreciados representam o comportamento do verbo em questão no uso real da língua.

(7) “O maior data center da Amazon **ocupa** um terreno de 65.000 metros quadrados, o equivalente ao terminal de passageiros do Aeroporto de Congonhas (Revista Veja, edição 2221, 15/06/11, p. 95).

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “tomar; encher (espaço, lugar)” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como uma *estativa locativa*, visto que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito. O argumento valencial codificado como sujeito (*o maior data center da Amazon*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de propriedade fundiária (*terreno de 65.000 metros*), o que codifica uma extensão locativa com base na “dimensão, tamanho” de algo.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser um ponto de referência de um estado e caracterizar-se pela neutralidade; e o complemento é um *locativo*, pois representa o lugar de referência de um estado de coisas. Na perspectiva da valência quantitativa, no excerto analisado, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *O maior data center da Amazon ocupa um terreno de 65.000 metros quadrados > Um terreno de 65.000 metros quadrados é ocupado pelo maior data*

*center da Amazon; (ii) pronominalização: O maior data center da Amazon ocupa um terreno de 65.000 metros quadrados > O maior data center da Amazon o ocupa.*

Esses testes ratificam a classificação de “*um terreno de 65.000 metros quadrados*” como objeto direto, na concepção tradicional de transitividade, que enquadra o verbo em questão como transitivo direto; e complemento, na perspectiva da Gramática de Valências, uma vez que todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um deles ocupando um lugar vazio diferente, e, portanto, todos eles são diferentes entre si.

(8) “No encontro que Dilma Rousseff teve na sexta-feira com o Presidente da República da Guiné, Alpha Condé, o assunto Vale, que tem um megaprojeto de minério de ferro no país, **ocupou** parte do tempo.” (Revista Veja, edição 2244, 23/11/11, p. 67)

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “consumir o tempo ou a duração de” e indica *ação-processo*, isto é, um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto. O argumento valencial codificado como sujeito (*o assunto Vale*) é inativo, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de tempo (*parte do tempo [do encontro]*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *causativo*, por ser o causador de uma *ação-processo* e potente para atuar sobre algo, sendo não animado; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981), apenas um é aplicável, o da apassivação (i): *No encontro que Dilma Rousseff teve na sexta-feira com o Presidente da República da Guiné, Alpha Condé, o assunto Vale, que tem um megaprojeto de minério de ferro no país, ocupou parte do tempo > Parte do tempo do encontro que Dilma Rousseff teve na sexta-feira com o Presidente da República*

da Guiné, Alpha Condé foi ocupado pelo assunto Vale, que tem um megaprojeto de minério de ferro no país; o teste da pronominalização (ii) não se aplica: *No encontro que Dilma Rousseff teve na sexta-feira com o Presidente da República da Guiné, Alpha Condé, o assunto Vale, que tem um megaprojeto de minério de ferro no país, ocupou parte do tempo* > \**No encontro que Dilma Rousseff teve na sexta-feira com o Presidente da República da Guiné, Alpha Condé, o assunto Vale, que tem um megaprojeto de minério de ferro no país o ocupou*. Os resultados dos testes nos permitem afirmar que “*parte do tempo*” é objeto direto, dentro da perspectiva tradicional de transitividade.

(9) “Battisti **ocupa** um dos cinco quartos do imóvel, onde o advogado mora com a mulher e a filha”. (Revista Veja, Edição 2223, 29/06/11, p. 71)

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “habitar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração também pode ser classificada como uma *estativa locativa*, visto que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito. O argumento valencial codificado como sujeito (*Battisti*) é inativo e expresso por nome humano. O complemento verbal é expresso por nome designativo de imóvel residencial ou parte dele (*um dos cinco quartos do imóvel*), o que codifica uma extensão locativa com base na “dimensão, tamanho” de algo.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser um ponto de referência de um estado e caracterizar-se pela neutralidade, sendo não afetado; e o complemento é um *locativo*, pois representa o lugar de referência de um estado de coisas. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *Battisti ocupa um dos cinco quartos do imóvel* > *Um dos cinco quartos do imóvel é ocupado por Battisti*; (ii) pronominalização: *Battisti ocupa um dos cinco quartos do imóvel* > *Battisti o ocupa*. Os resultados dos testes nos permitem afirmar

que “*um dos cinco quartos do imóvel*” é objeto direto, nos termos da gramática tradicional, e complemento, do ponto de vista da Gramática de Valências.

- (10) “O mosteiro **ocupa** uma área de 20.000 metros quadrados, onde mantém uma igreja, um colégio e uma faculdade.” (Revista Veja, edição 2262, 28/03/12, p. 112)

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “ter a posse de” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa locativa*, visto que ocorre uma indicação de lugar em relação ao sujeito. O argumento valencial codificado como sujeito (o *mosteiro*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de propriedade fundiária (*uma área de 20.000 metros quadrados*), o que codifica uma extensão com base na “dimensão, tamanho” de algo.

Sob a ótica valencial semântica, tanto o sujeito, quanto o complemento são caracterizados como *locativo*, pois representam o lugar de referência de um estado de coisas. Na perspectiva da valência quantitativa, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: O *mosteiro* ocupa *uma área de 20.000 metros quadrados* > *Uma área de 20.000 metros quadrados* é ocupada *pelo mosteiro*; (ii) pronominalização: O *mosteiro* ocupa *uma área de 20.000 metros quadrados* > O *mosteiro* a ocupa.

Os resultados dos testes ratificam a classificação de “*uma área de 20.000 metros quadrados*” como objeto direto, nos termos da gramática tradicional, e complemento, do ponto de vista da Gramática de Valências, uma vez que todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos diferentes entre si.

(11) “Com 3 centímetros de comprimento, 2 de largura e 2 de espessura, o tumor do ex-presidente **ocupa** quase metade da laringe.” (Revista Veja, edição 2242,09/11/11, p. 81)

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “preencher, tomar algum lugar no espaço” e indica *estado*, estabelecendo assim, uma relação entre uma entidade e um estado em que ela se encontra. O argumento valencial codificado como sujeito (*o tumor do ex-presidente*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de espaço (*quase metade da laringe*), o que codifica uma extensão com base na “dimensão, tamanho” de algo.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser neutro (não afetado) e ponto de referência de um evento ou de um estado; e o complemento é um *locativo*, visto que representa o lugar onde o *tumor* se encontra. De acordo com a valência quantitativa, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *O tumor do ex-presidente ocupa quase metade da laringe > Quase metade da laringe é ocupada pelo tumor do ex-presidente*; (ii) pronominalização: *O tumor do ex-presidente ocupa quase metade da laringe > O tumor do ex-presidente a ocupa.*

Os resultados dos testes ratificam a classificação de “*quase metade da laringe*” como objeto direto, nos termos da gramática tradicional, e complemento, na perspectiva da Gramática de Valências.

(12) “Com estreia prevista para junho, a atração, que vai se chamar *Claquete*, **ocupará** o início da madrugada.” (Revista Veja, edição 2219, 01/06/11, p. 62)

O verbo “ocupar”, neste excerto, tem o sentido de “consumir o tempo ou a duração de” e indica *ação-processo*, isto é, um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto. O argumento valencial codificado como sujeito (*a atração*) é ativo e expresso por nome abstrato, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de tempo (*o início da madrugada*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *causativo*, por ser o causador de uma *ação-processo* e potente para atuar sobre algo, sendo não animado; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “ocupar” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *A atração, que vai se chamar Claquete, ocupará o início da madrugada > O início da madrugada será ocupado pela atração, que vai se chamar Claquete;* (ii) pronominalização: *A atração, que vai se chamar Claquete, ocupará o início da madrugada > A atração, que vai se chamar Claquete, a ocupará.*

Os resultados dos testes ratificam a classificação de “*o início da madrugada*” como objeto direto, dentro da concepção tradicional de transitividade.

### 4.3 VERBO *MEDIR*

Serão apreciadas nesta parte, seis análises do verbo *medir* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala, de acordo com a ambiência pesquisada.

- (13) “O ultrassom endobrônquico, ao mesmo tempo que confirma a presença do tumor, realiza a biópsia do material e **mede** a sua extensão”.  
(Revista Veja, edição 2223, 29/06/11, p. 104)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “determinar, verificar” e indica que o sujeito *faz* alguma coisa, isto é, uma *ação*. O argumento codificado como sujeito (o *ultrassom endobrônquico*) é desencadeador da ação de “medir” e pressupõe um agente que o manipule. Esse sujeito tem os traços semânticos: [-animado; -intencional; +controlado]. O complemento verbal é expresso por nome concreto com base em escala fixa, medida ou grandeza (*a sua extensão* [do tumor]), o que codifica uma extensão com base no tamanho, dimensão de algo.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *instrumental*, por ser o desencadeador da ação, pressupor um agente e ser controlado; e o complemento é um *receptivo/destinatário*, aquele a quem se destina a ação verbal. De acordo com a valência quantitativa, no excerto analisado, “medir” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *O ultrassom endobrônquico, ao mesmo tempo que confirma a presença do tumor, realiza a biópsia do material e mede a sua extensão* > *A extensão [do tumor] é medida pelo ultrassom endobrônquico, que ao mesmo tempo que confirma sua presença, realiza a biópsia do material*; (ii) pronominalização: *O ultrassom endobrônquico, ao mesmo tempo que confirma a presença do tumor, realiza a biópsia do material e mede a sua extensão* > *O ultrassom endobrônquico, ao mesmo tempo que confirma a presença do tumor, realiza a biópsia do material e*

a mede. Os resultados dos testes nos permitem afirmar que “a sua extensão” é objeto direto, na perspectiva tradicional de transitividade.

(14) “Ela [Sophie Charlotte] pesa 55 quilos e **mede** 97 centímetros de quadris e 83 de busto...” (Revista Veja, edição 2258, 29/02/12, p. 75)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “ter uma medida” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, visto que o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de medida.

O argumento valencial codificado como sujeito (*Ela [Sophie Charlotte]*) é inativo e expresso por nome humano, animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (*97 centímetros de quadris*), o que codifica uma extensão com base no tamanho de algo.

Do ponto de vista da valência semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro, não afetado; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de medida. No que tange à valência quantitativa, “medir” se realiza como um verbo de valência três.

Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que o complemento em questão é de natureza adverbial.



- (15) “Lindíssima de uma forma hoje quase extinta (nem silicone tem) e com uma das cinturas mais finas do Carnaval (57 centímetros; a título de comparação, a de Viviane Araújo **mede** 69), Ellen [Roche] nem ligou para as saliências.” (Revista Veja, edição 2208, 16/03/11, p. 78)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “ter uma medida” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, pois o verbo institui uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito relacionando-o com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de medida.

O argumento valencial codificado como sujeito ([a cintura] *de Viviane Araújo*) é inativo e expresso por parte do corpo. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (69 [centímetros]), o que codifica uma extensão com base no tamanho de algo.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser um ponto de referência neutro e uma entidade em relação à qual se verifica uma situação; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de medida. Na perspectiva da valência quantitativa, no excerto analisado, “medir” se realiza como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso. Tem-se assim, um complemento de natureza adverbial.

(16) “O petista Marco Maia **mede** pouco menos de 1,70 metro. É baixo para os padrões atuais, mas, mesmo assim, apresenta uma estatura física bem maior que a que vem demonstrando como presidente da Câmara dos Deputados.” (Revista Veja, edição 2256, 15/02/12, p. 65)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “ter uma medida” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, visto que o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de medida.

O argumento valencial codificado como sujeito (*o petista Marco Maia*) é inativo e expresso por nome humano, animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (*pouco menos de 1,70 metro*), o que codifica uma extensão com base no tamanho de algo/alguém.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro, não afetado; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de medida. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “medir” se realiza como um verbo de valência dois.

Os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam neste caso, o que nos permite afirmar que não se trata de objeto direto, mas de complemento de natureza adverbial.

(17) “A variedade é espantosa: vai do pimentão, sem nenhuma propriedade picante, à australiana trinidad scorpion, apontada recentemente pelo *Guinness Book* como a mais ardida do mundo (para efeito de comparação, na escala Scoville, que **mede** o grau de ardor das pimentas, a malagueta aparece na faixa de 50.000 a 100.000 unidades, enquanto a recordista marca 1,4 milhão de unidades).” (Revista Veja, edição 2238, 12/10/11, p. 152)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “determinar, verificar” e indica *ação-processo*, isto é, um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto. O argumento codificado como sujeito (*escala Scoville*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome abstrato, com base em escala fixa ou medida ou grandeza (*o grau de ardor das pimentas*), o que codifica uma escala baseada em uma série de graus ou níveis, dispostos segundo a importância de cada um, em ordem ascendente ou descendente.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *instrumental*, por ser o desencadeador de uma ação, pressupor um agente e ser controlado. De acordo com a valência quantitativa, “medir” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *A escala Scoville que mede o grau de ardor das pimentas > O grau de ardor das pimentas é medido pela escala Scoville;* (ii) pronominalização: *A escala Scoville que mede o grau de ardor das pimentas > A escala Scoville o mede.* Os resultados dos testes nos permitem afirmar que o complemento em questão se trata de objeto direto, dentro da concepção tradicional de transitividade.

(18) “Até hoje não se sabe a altitude exata do Everest. Isso porque **medir** as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos. (Revista Veja, edição 2229, 10/08/11, p. 90)

O verbo “medir”, neste excerto, tem o sentido de “determinar, verificar” e indica que alguém *faz* alguma coisa, isto é, uma *ação*. O argumento valencial codificado como sujeito (recuperável no contexto) é ativo e expresso por nome humano, animado (*os geógrafos*). O complemento verbal é expresso por nome concreto com base em medida ou grandeza (*as montanhas*), o que codifica uma extensão baseada no tamanho, dimensão de algo.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *agente*, por ser o instigador da ação verbal, dotado de voluntariedade, tendo controle sobre o ato; e o complemento é um *receptivo/destinatário*, aquele a quem se destina a ação verbal. Do ponto de vista da valência quantitativa, “medir” se realiza como um verbo de valência dois.

Dois dos testes sintáticos propostos por Cano Aguilar (1981) são aplicáveis, (i) apassivação: *Medir as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos* > *As montanhas serem medidas, ainda é um desafio para os geógrafos*; (ii) pronominalização: *Medir as montanhas ainda é um desafio para os geógrafos* > *Ainda é um desafio para os geógrafos as medir*.

Os resultados dos testes nos permitem afirmar que o complemento em questão se trata de objeto direto, dentro da perspectiva tradicional de transitividade, que enquadra o verbo em questão como transitivo direto.

#### 4.4 VERBO *DURAR*

Serão consideradas nesta parte, quatro análises do verbo *durar* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala. O número menor de análises com esse verbo se justifica, pois o mesmo apresenta um comportamento mais similar e recorrente, evitando assim, apreciações repetitivas.

(19) “No pior episódio de uma mobilização por melhores salários que já **dura** um mês, dois mil homens amotinaram-se durante dez horas no quartel geral da corporação...” (Revista Veja, edição 2221, 15/06/11, p.116)

O verbo “durar”, neste excerto, tem o sentido de “persistir, perdurar” e indica *estado*. Esta oração relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de duração.

O argumento valencial codificado como sujeito (*pior episódio de uma mobilização por melhores salários*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por um especificador temporal (*um mês*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. De acordo com a valência quantitativa, no excerto analisado, “durar” se realiza como um verbo de valência dois.

(20) “O jornalista de VEJA foi entrevistar o “doutor” num restaurante, para tentar entender a origem de tantos privilégios. A conversa **durou** trinta minutos.” (Revista Veja, edição 2229, 10/08/11, p.12)

O verbo “durar”, neste excerto, tem o sentido de “persistir, perdurar” e indica *estado*. Esta oração relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de duração.

O argumento valencial codificado como sujeito (*a conversa*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por um especificador temporal (*trinta minutos*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. Do ponto de vista da valência quantitativa, “durar” se realiza como um verbo de valência dois.

(21) “É um procedimento que alivia o nosso sofrimento, que muitas vezes começa no meio da noite, com crises que **duram** de trinta minutos a duas horas e podem se prolongar por três meses.” (Revista Veja, edição 2232, 31/08/11, p. 40)

O verbo “durar”, neste excerto, tem o sentido de “persistir, perdurar” e indica *estado*. Esta oração relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de duração.

O argumento valencial codificado como sujeito (*crises*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por um especificador temporal (*de trinta minutos a duas horas*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

De acordo com a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. No que tange à valência quantitativa, no excerto analisado, “durar” se realiza como um verbo de valência três.

(22) “Envio fotos e vídeos com amigos e inicio conversas que **duram** até cinco dias. Tudo graças ao Facebook.” (Revista Veja, edição 2238, 12/10/11, p. 38)

O verbo “durar”, neste excerto, tem o sentido de “persistir, perdurar” e indica *estado*. Esta oração relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de duração.

O argumento valencial codificado como sujeito (*conversas*) é inativo e expresso por nome abstrato. O complemento verbal é expresso por um especificador temporal (*até cinco dias*), o que codifica uma extensão com o sentido de “permanência no tempo, duração”.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *temporal*, pois indica localização no tempo. Do ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “durar” se realiza como um verbo de valência dois.

Vale notar, que os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam em nenhum dos quatro excertos em que o verbo *durar* foi analisado, o que nos permite afirmar que nesse tipo de ambiência, o complemento em questão é de natureza adverbial.

#### 4.5 VERBO VALER

Serão apreciadas nesta parte, quatro análises do verbo *valer* em sua realização com complemento codificador de extensão ou escala. O número menor de análises com esse verbo se justifica, pois o mesmo exibe um comportamento mais similar nas ocorrências, além de apresentar um número reduzido de eventos no *corpus* observado.

(23) “O nariz do holandês Ilja Gort e seu olfato apuradíssimo **valem** a fábula de 5 milhões de euros. Numa escala de testes de acuidade que vai de zero a 100, ele obteve 94, sendo que a média da população atinge 63.”  
(Revista Veja, edição 2245, 30/11/11, p. 160)

O verbo “valer”, neste excerto, tem o sentido de “ter como preço, custar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, pois o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito, ou ainda relaciona o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço.

O argumento valencial codificado como sujeito (*o nariz do holandês Ilja Gort e seu olfato apuradíssimo*) é inativo e expresso por parte do corpo humano + sentido (olfato), coordenados. O complemento verbal é expresso por nome de moeda e nome abstrato tomado em seu valor monetário (*a fábula de 5 milhões de euros*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. De acordo com a valência quantitativa, no excerto analisado, “valer” se realiza como um verbo de valência dois.



(24) “Ele é, enfim, a figura que caiu do céu para representar os interesses do esporte - sim, é um esporte, nunca é tarde para lembrar – que mais rapidamente cresce nos Estados Unidos e no Brasil. O UFC **vale** hoje 1 bilhão de dólares” (Revista Veja, edição 2260, 14/03/12, p. 90)

O verbo “valer”, neste excerto, tem o sentido de “ter como preço, custar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, visto que o verbo institui uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito relacionando-o com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço.

O argumento valencial codificado como sujeito (*UFC*) é inativo e expresso por nome abstrato, não animado. O complemento verbal é expresso por nome de moeda ou nome concreto tomado em seu valor monetário (*1 bilhão de reais*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

No que tange à valência semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. Do ponto de vista da valência quantitativa, “valer” se realiza como um verbo de valência dois.

(25) “O terreno público de 4400 metros quadrados que o prefeito Gilberto Kassab quer ceder para abrigar o Instituto Lula ficará nas mãos do PT, pelo menos, até 2111... Ah, a área pública em questão **vale** 18 milhões de reais.” (Revista Veja, edição 2255, 08/02/12, p. 46)

O verbo “valer”, neste excerto, tem o sentido de “ter como preço, custar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, pois o verbo estabelece uma relação de atribuição de um estado ou qualidade ao sujeito, ou ainda arrola o sujeito com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço.

O argumento valencial codificado como sujeito (*a área pública em questão*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome de moeda ou nome concreto tomado em seu valor monetário (*18 milhões de reais*), o que codifica uma escala de valores em ordem ascendente.

Sob a ótica valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. De acordo com a valência quantitativa, no excerto analisado, “valer” se realiza como um verbo de valência dois.

(26) “Numa reunião, dias atrás, entre Thierry Weil, diretor de marketing da FIFA, e os patrocinadores da Copa, Weil disse que só depois da aprovação da Lei Geral da Copa se poderá saber com exatidão o preço do ingresso. Mas deu uma pista: ele **valerá** em média 15% mais do que o cobrado nos estádios da África do Sul.” (Revista Veja, edição 2245, 30/11/11, p. 67)

O verbo “valer”, neste excerto, tem o sentido de “ter como preço, custar” e indica *estado*. Segundo Ignácio (2003), esta oração pode ser classificada como *estativa atributiva*, visto que o verbo institui uma relação de atribuição de um estado ou de uma qualidade ao sujeito relacionando-o com um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço.

O argumento valencial codificado como sujeito (*ele [o ingresso]*) é inativo e expresso por nome concreto, não animado. O complemento verbal é expresso por nome designativo de quantidade numérica (*em média 15% mais*), o que codifica uma escala hierárquica de valores em ordem ascendente.

Na perspectiva valencial semântica, o sujeito se caracteriza como *objetivo*, por ser a entidade em relação à qual se verifica uma situação, sendo um ponto de referência neutro; e o complemento é um *atributivo*, pois confere uma qualidade ao sujeito, indicado por um atributo de natureza quantitativa, como indicativo de preço. Do

ponto de vista da valência quantitativa, no excerto analisado, “valer” se realiza como um verbo de valência dois.

Vale ressaltar, que os testes sintáticos da apassivação e pronominalização propostos por Cano Aguilar (1981) não se aplicam em nenhum dos quatro excertos em que o verbo *valer* foi analisado, o que nos permite afirmar que nesse tipo de ambiência, o complemento em questão é de natureza adverbial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transitividade é um fenômeno de análise complexa, independentemente do modelo teórico sobre o qual os dados repousam. Não obstante, um grande universo de análise se descortina, pois o exame do verbo em termos de valência e argumentos é somente um trabalho inicial na compreensão da função que este desempenha na língua. Para este estudo adotamos as teorias de Valência e o Funcionalismo. A teoria de Valência proposta por Borba (1996) orientou nossa análise no que tange à valência quantitativa, sintática e semântica.

Os exemplos com os verbos “*subir, ocupar, medir, durar e valer*” ratificam o fato de que só nos contextos de uso podemos analisar satisfatoriamente as ocorrências, pois é nessa conjuntura que observamos como a linguagem se comporta, e, ainda, analisar quais características morfológicas e sintáticas têm os argumentos que estão em torno desse verbo. Isso ocorre, pois, um estudo que parte do verbo como centro dinâmico da frase consegue abranger a quase totalidade das realizações desses verbos.

Dependendo da combinatória do elemento e seus argumentos, podemos apreender ainda, se um verbo está se comportando como ação, ação-processo, processo ou estado. Essa classificação lógico-semântica, combinada com critérios sintáticos, permite uma tipologia mais racional e mais produtiva para o tratamento da transitividade, visto que a análise dos verbos através da descrição de traços sintático-semânticos dos elementos localizados à esquerda e à direita desses verbos possibilita uma melhor descrição dos fatos da língua.

Os complementos dos verbos codificadores de extensão ou escala situam-se numa perspectiva sintático-semântica entre o complemento direto e adverbial. Isso justifica a adoção do funcionalismo linguístico como um dos aportes teóricos a dar sustentação à análise aqui empreendida. Os representantes desta vertente linguística advogam no sentido de que as categorias na língua não são discretas, mas inscritas numa escala gradiente, não recebendo, assim, rótulos predefinidos, como nas gramáticas tradicionais.

Esses complementos “sob o ponto de vista gramatical são obrigatórios e necessários e, sob o ponto de vista semântico, são, normalmente, subclassificados pelo verbo” (VILELA, 1992, p. 73). A partir da descrição e análise dos verbos *durar* e *valer*, que indicam *estados* e selecionam complementos de natureza adverbial, constatamos a impossibilidade de aplicação dos critérios da apassivação e pronominalização citados por Cano Aguilar (1981). Isso ocorre, de acordo com Vilela (1992), pois, a passiva representa, em relação à ativa, a mudança de uma perspectiva dinâmica para uma perspectiva estática. Logo, a apassivação de verbos que já são estáticos não tem qualquer sentido.

Nas análises com o verbo *subir*, ficou evidente a variação sintática e semântica baseada na diversidade de complementos selecionados pelo verbo em questão. No que tange à subcategorização do verbo analisado, ele ora comportou-se como um verbo de *ação*, ora como *processo*, sendo este último mais recorrente.

Nas ocorrências com o verbo *ocupar*, também constatamos a variabilidade sintático-semântica baseada na seleção dos diferentes complementos verbais. Desse modo, o verbo ora se comportou como verbo de *estado*, ora como verbo de *ação-processo*, sendo seu complemento caracterizado como objeto direto, segundo a concepção tradicional de transitividade que enquadra o verbo como “transitivo direto”; e como complemento, na perspectiva da Gramática de Valências, no sentido de que todos os elementos que preenchem a valência do verbo são complementos, sendo, contudo, diferentes entre si.

Com respeito às realizações do verbo *medir*, cabe frisar que, embora o verbo seja formalmente o mesmo, ele apresenta comportamento diferente, uma vez que algumas ocorrências não se encontram em sua realização acional, isto é, não apresentam uma ação direcionada a um ser, logo, não há *agentividade* por parte do sujeito. Os traços de transitividade direta e complemento objeto direto, representados pela apassivação e pronominalização, não se manifestam em todas as realizações dos verbos *medir* observadas no *corpus*. Elas só são identificáveis nas estruturas onde o verbo se encontra no campo semântico da ação.

Analisar a transitividade, dentro do quadro teórico funcionalista, que concebe a língua como um sistema que se constrói a partir das pressões do uso na interação comunicativa, é um grande desafio. Desafio ainda maior é transformar as pesquisas e descobertas em material útil a ser utilizado no ensino de Língua Portuguesa. Esperamos que essa breve discussão sobre os verbos codificadores de extensão ou escala contribua nessa empreitada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. S. **Gramática mínima: para o domínio da língua padrão**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AMORIM, C. M. S.; ROCHA, L. H. P. **(In) transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008.
- AZEREDO, J. C. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BORBA, F. S. **Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil**. 2. ed. - São Paulo: UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Uma gramática de valências para o português do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BUSSE, W.; VILELA, M. **Gramática de Valências**. Coimbra: Almedina, 1986.
- BYBEE, J. **Language, usage, and cognition**. Cambridge, UK: CUP, 2010.
- CANO AGUILAR, R. **Estructuras sintácticas transitivas en el español actual**. Madrid/Espanha: Editorial Gredos S. A., 1981.
- CHAFE, W. **Significado e estrutura linguística**. Trad. Maria Helena de M. Neves, Odette G.L.A.S.C. e Sonia V.R. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- DECAT, M. B. N. Funcionalismo e gramática. In: **Para sempre em mim: homenagem à Professora Ângela Vaz Leão**. Belo Horizonte: CESPUC, 1999, p. 213-233.
- FERREIRA, A. B. H.; ANJOS, M.; BAIRD FERREIRA, M. **Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4. ed.- Curitiba: Positivo, 2009.
- FILLMORE, C. "The case for case", in Bach, E. e Harms, R. T. (orgs.). **Universals in Linguistic Theory**. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- GIVÓN, T. **On understandig grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Functionalism and grammar**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

\_\_\_\_\_. **Syntax: an introduction.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. (V. 1)

HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, v.13, p.139-157, 1987.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IGNÁCIO, S. E. **Análise sintática em três dimensões:** uma proposta pedagógica. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. **Gramática do português culto no Brasil.** São Paulo/ Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MARTELOTTA, M. E; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Linguística funcional:** teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.

MIRA MATEUS *et al.*, M. H. **Gramática da língua portuguesa.** 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. M. **A transitividade: da visão tradicional ao Funcionalismo.** 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

ROCHA LIMA, C.H. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 42 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística geral.** 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale.** 2. ed., Paris: C. Klincksieck, 1959.

VILELA, M. **Gramática de valências: teoria e aplicação.** Coimbra: Almedina, 1992.



